



Ministério da Educação e Ensino Superior

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses – Ramo de Ensino

Trabalho de Fim de Curso - Monografia

DESCRIÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA VARIANTE S: ESPECIAL ATENÇÃO  
AO FENÓMENO DA CONCORDÂNCIA

Orientanda: Ideneida Monteiro

Orientadora: Professora Mestre Dra. M<sup>a</sup> Lourdes Lima

Setembro 2010

IDENEIDA MORENO MONTEIRO

DESCRIÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA VARIANTE S: ESPECIAL ATENÇÃO  
AO FENÓMENO DA CONCORDÂNCIA

TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO NA UNI-CV PARA OBTENÇÃO DO GRAU  
DE LICENCIATURA EM LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS CABO-  
VERDIANOS E PORTUGUESES, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA MESTRA  
DRA. M<sup>a</sup> LOURDES LIMA.

**Aprovado pelos membros do Júri**

Foi homologado pelo reitor da Universidade de Cabo Verde como requisito favorável  
ao Grau de Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses.

O Presidente do júri

---

O Arguente

---

A Orientadora

---

Praia, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **Dedicatória**

À memória dos meus queridos  
irmãos Leida, Samuel e Leonardo  
com saudades da irmã mais velha

Aos meus outros irmãos a quem tenho  
muito apego e amor que lhes sirva  
de inspiração e exemplo o meu esforço

À minha mãe e aos meus familiares que sempre  
me apoiaram, com especial atenção à minha  
tia Edna Moniz (Milita) por toda a paciência e  
preocupação.

E por último, mas não menos importante,  
ao Daniel Henriques, meu companheiro,  
que sempre me deu forças e apoio para continuar.  
Um beijo a Astho, Djeison e Raziel, meus três novos amores.

## **Agradecimentos**

Começo por agradecer à minha orientadora, Mestre Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Lima, pela disponibilidade, competência e principalmente paciência durante a realização deste trabalho.

Agradeço à professora Doutora Simone Floripi que me ensinou a gostar da Sintaxe Generativa e a olhar para a minha língua com olhos mais curiosos

Aos professores e novos amigos que me apoiaram durante o Programa de Iniciação à Investigação Científica em Uberlândia, especialmente a professora Angélica, ao pessoal do ILEEL, da ASDRI (relações internacionais), aos amigos, Rebert, Luciana, Daniela, Dudu, Bruninho, Núbia, Fred, Everton, Foguinho, enfim todos.

A todos os meus professores que me aturaram e muito me ensinaram durante o curso.

Aos meus colegas da turma valorizando as amizades e confrontando as dificuldades, principalmente à minha prima Madalena Vaz, pelo apoio incondicional, à “turma da Mónica”, ao “Grupo dos intelectuais”, a Katia Alves, Lévine Fonseca, Indira Lopes, Paula Oliveira, Alexandre Figueiredo, Eveline Correia, Adalgisa delgado, Graciete, a todos (são muitos)

À minha colega de trabalho Rosa Monteiro que sempre me socorreu quando precisei

E a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Uma língua define-se a partir do seu “alfabeto” (isto é, o conjunto finito de símbolos com que se constroem as suas frases)

Noam Chomsky (1957:24)

## Índice

<b>SIGLAS .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1. Apresentação do problema .....	9
1.1 Perguntas de partida .....	9
2. Justificativa .....	10
3. Objectivos .....	10
4. Fundamentação teórica.....	11
5. Metodologia .....	12
6. Estrutura do trabalho .....	13
<b>CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA: VARIANTE S .....</b>	<b>14</b>
1.1 Sistema fonológico cabo-verdiano, variante S .....	14
1.1.1 Os Processos fonético-fonológicos .....	15
1.1.2 Variantes e Variações do cabo-verdiano .....	17
1.1.3 Os Sons da variante S.....	19
1.2 A Ortografia (escrita) .....	22
1.3 Sistema morfológico cabo-verdiano, variante S.....	24
1.3.1 Estrutura das palavras.....	25
1.3.2 Processo morfológico da formação de palavras .....	28
1.3.3 Categorias gramaticais (morfológicas e sintáticas) .....	32
1.3.4 Flexão nominal - número e género.....	33
1.3.5 Flexão verbal - Tempo, Modo e Aspecto .....	36
1.4 A Sintaxe e o Sistema sintáctico do cabo-verdiano, variante S .....	37
1.4.1 Os constituintes sintácticos e sintagmáticos.....	39
1.4.2 Ordem das palavras ou Estrutura de constituintes.....	40
1.5 Conclusão .....	43
<b>CAPÍTULO II - DESCRIÇÃO DO FENÓMENO DE CONCORDÂNCIA NA VARIANTE S .....</b>	<b>44</b>
2.1 Conceito e origem do termo <i>Concordância</i> .....	44
2.2 Tipos de concordância.....	45
2.3 Regras de concordância.....	46
2.4 A concordância no cabo-verdiano, variante S.....	48
2.4.1 A concordância nominal.....	49
2.4.2 A concordância verbal.....	51
2.5 Conclusão .....	52
<b>CAPÍTULO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>55</b>
<b>WEBGRAFIA.....</b>	<b>58</b>

## **SIGLAS**

**femin.** – femininu/ feminino

**Lcv/ vS** – Língua cabo-verdiana/ variante S

**mask.** – maskulinu

**masc.** - masculino

**Port.** – Português (língua)

**vS** – variante S

**PE** – Português Europeu



# INTRODUÇÃO

Enquadrando-se no âmbito da licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses, o presente trabalho tem como título a “*Descrição da Língua Cabo-verdiana Variante S: especial atenção ao fenómeno da Concordância*” e pretende estudar esta língua enquanto sistema integrado (Saussure apud Crystal:1971), isto é, como um todo coerente e harmonioso, recorrendo a comparações gramaticais precisas e não ocasionais em relação ao português europeu, doravante PE.

## 1. Apresentação do problema

O estudo que ora se propõe segue a linha dos estudos descritivos que se vêm fazendo da língua cabo-verdiana, com uma particular atenção à descrição do fenómeno de concordância segundo teorias aplicadas em estudos da língua portuguesa, variante europeia, doravante PE. A utilização das teorias deve-se à intenção de se realizar um estudo da língua aplicando conjecturas consideradas pertinentes num estudo linguístico, principalmente para abordagem de fenómenos abstractos. Inicialmente quando se estuda uma língua são primeiramente abordadas teorias concretas da gramática e só num estágio posterior as mais abstractas. O cabo-verdiano como língua nova tem apresentado vários estudos mais concretos que abstractos, sendo assim será interessante abordar como acontece a concordância, por uma questão de escolha.

Com isso tentaremos responder a duas perguntas primordiais.

### 1.1 Perguntas de partida

Como se estrutura gramaticalmente a variante S da língua cabo-verdiana tendo em conta as principais componentes gramaticais?

Até que ponto pode-se pronunciar acerca de fenómenos mais abstractos, tal como a concordância, sabendo que a língua não apresenta as características prescritivas das gramáticas conhecidas que nos permitem justificar suas existências?

## **2. Justificativa**

A escolha do objecto de estudo deve-se a dois motivos: primeiro porque se tem falado e se esforçado ultimamente muito para a legitimação da Língua cabo-verdiana enquanto língua oficial. Em termos de estudos linguísticos, a primeira língua oficial de Cabo Verde, o Português, tem um histórico muito mais completo do que a segunda aspirante a oficial, não obstante os vários estudos que se tem feito acerca desta última. Por isso, estudar mais a língua cabo-verdiana permite complementar e aprofundar o conhecimento que se tem sobre a mesma.

O segundo motivo deve-se ao facto de, enquanto estudante de Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses, ter interesse no desenvolvimento de novas teorias em redor do cabo-verdiano e uma certa curiosidade de perceber a bivalência desta com o português europeu no contexto linguístico, uma das línguas de onde originou. Chomsky sabiamente citara que quando se fala uma língua “sabemos muito mais do que aquilo que aprendemos”, e sabendo que quando falamos o cabo-verdiano, ou outra língua qualquer, não temos consciência de todos os mecanismos usados, o nosso interesse é perceber os aspectos contidos na língua, especificamente a cabo-verdiana, variante S, que pouco temos a consciência ou que em determinados contextos nos passam despercebidos, mas que no português já foram observados.

## **3. Objectivos**

O trabalho apresenta como objectivos:

**Gerais** – A descrição da variante S enquanto variedade de uma língua estruturada e independente.

**Específicos** – Ilustrar as estruturas fonológica, morfológica e sintáctica da variante S apropriadas para conhecer o formato da variante;

– Descrever traços que permitam verificar os parâmetros de realização e identificação dos padrões do fenómeno de concordância no cabo-verdiano, variante S.

#### **4. Fundamentação teórica**

Constituído por nove variantes das quais duas constituem as normas-padrão, o cabo-verdiano tem na sua constituição elementos portugueses e africanas, línguas das quais originou, apesar de estruturadas de maneira diferente. Apresenta-se como uma língua de estrutura gramatical simples (segundo Veiga, 1982, , 2002 e Cardoso, 2005) e que pode ser estudada através de manifestações de uma gramática intuitiva e de regras formuladas pelos falantes nativos (cf. Faria et al., 1996).

Afunilando o nosso objecto de estudo, podemos dizer que a variante S do cabo-verdiano também tem as suas particularidades em relação às outras.

Veiga (2002) aponta algumas das diferenciações a nível dos sons que ocorreram essencialmente nesta variante, como por exemplo, o uso de /b/ em alguma palavras começadas por /v/ em outras variantes (variante S - baka, Variante B - vaka), /dʒ/ (variante S - /dʒuze/, Variante B - /ʒuze/), entre outros, a que acrescentamos a ausência do som /ə/ e do ditongo final /ãu/, para além dos processos fonético-fonológicos apresentados por Duarte (2000).

A morfologia da variante S, tal como o do cabo-verdiano em sim apresenta uma constituição própria. As palavras podem ser constituídas pelos processos fonológicos composição, derivação e flexão, mas este último é muito reduzido e acontece de forma diferentes conforme a categoria a que se refere. E, não existe o artigo definido. (Duarte, 1998, Lima, 2001, Veiga, 2002, Pratas, 2002)

Ainda segundo os referidos teóricos, descreve-se a sintaxe da variante S como o das outras variantes, caracterizada por uma estrutura frásica de ordem rígida SVO em que o sujeito é de natureza semi-pro-drop (Pratas, 2002), na maior parte não pró-drop o verbo não flexiona quanto ao número e pessoas gramaticais e o OI antecede o OD, diferente do que acontece no português em que a ordem dos constituintes frásicos é mais flexível, todos os elementos co-relacionados flexionam da mesma forma e o OI não tem que vir

necessariamente antes do OD e o sujeito pode ser pro-drop podendo ser recuperado pela desinência verbal (Silva, 2009).

Estas breves referências da gramática cabo-verdiana leva-nos a questionar e ponderar, por exemplo, como a língua funciona com tais particularidades que nunca se viu referência nas gramáticas tradicionais.

O fenómeno de concordância é um dos aspectos que não se pode abordar tendo em conta apenas estas considerações da variante em estudo. Estudos relacionados com o fenómeno de AGR na língua cabo-verdiana são quase que inexistentes, no entanto existem muitos estudos gramaticais acerca de outras línguas que nos possibilitam abordar o fenómeno

Assim, procura-se recorrer a outras descrições gramaticais que fundamentem a existência ou não de tal fenómeno na língua, como por exemplo, a teóricos como Costa e Figueiredo Silva (2006) que falam nos conceitos de concordância visível e concordância não visível e Lucchesi (2000a) apud Figueiredo (2009) que aponta alguns princípios que podem regular tal fenómeno.

No decorrer do trabalho serão especificadas as características do cabo-verdiano, variante S e o fenómeno de concordância.

## **5. Metodologia**

Como afirma Perrot (1953) fazer a descrição de uma língua implica ter em conta as características externas e internas inerentes à mesma no momento em estudo. As características internas referem-se aos aspectos gramaticais que apontaremos através da revisão e análise de conteúdo bibliográfico, com especial atenção ao processo de concordância. As externas estão associadas aos grupos sociais que a utilizam. No nosso caso, por se tratar de uma variante específica da língua cabo-verdiana tomaremos como alvo a população santiaguense, em particular do grupo social praiense. Para a recolha do material linguístico, não houve preferência pelo tipo de informante, idade ou sexo, sendo que os lugares de recolha foram variados, por exemplo, ambientes informais (mercado, casa, escola – encontros entre colegas). O Corpus constituiu-se através da recolha auditiva, audição e

transcrição dos registos sonoros (pelo menos uma parte) que serviram para fundamentar as teorias apresentadas.

## **6. Estrutura do trabalho**

O trabalho se organiza em dois momentos. No primeiro capítulo procurámos fazer uma descrição da variante comparada com o PE através das teorias de Veiga (1982, 1995, 2002), Pratas (2002), Cardoso (2005), para o cabo-verdiano e Bergstrom e Reis (2002), Costa e Figueiredo Silva (2006) entre outros teóricos mencionados ao longo do trabalho.

O segundo momento consistiu-se em fazer um bosquejo acerca do que é concordância seguido de análises de amostras, sob a luz das teorias que foram sendo mencionadas acerca do fenómeno.

# **CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA:**

## **VARIANTE S**

Tal como Chomsky e os generativistas, Veiga (2002:7-8) associa a formação de uma língua à faculdade inata do ser humano e fá-la para descrever a formação da língua cabo-verdiana. Acrescenta, por sua vez, dois princípios que tiveram origem ao cabo-verdiano: a) o do menor esforço, tal como afirmara Cardoso (2005) e b) o da estruturação e automatização das línguas das quais originou o cabo-verdiano, particularmente do português europeu quinhentista.

O primeiro princípio refere-se ao facto do sistema fonológico ser simples e do ortográfico ser de base fonológica e não etimologia (ver a seguir sistema fonológico e ortografia), dos sistema morfológico e sintáctico apresentarem estruturas simples e sintéticas (as palavras têm uma constituição elementar e as frases apresentam basicamente a ordem SVO), como descreveu Lima (2001), Veiga (2002), Cardoso (2005), entre outros teóricos.

O segundo princípio alude ao facto de se considerar ter havido uma reorganização e uma nova significação do léxico e da gramática que originou o cabo-verdiano (língua) tendo em conta o novo contexto linguístico. (cf. Veiga, *idem*)

Duarte (1998:55-74) não fala precisamente em princípios, mas aponta que houve uma serie de modificações a nível morfofonológico, morfossintáctico e lexical, este último com preservação de palavras do português antigo e do palavras do oeste-africanas apesar das modificações semânticas que muitas sofreram com o surgimento e processo de expansão da língua cabo-verdiano (no memento chamado de crioulo). (*idem*:35).

### **1.1 Sistema fonológico cabo-verdiano, variante S**

Em primeiro lugar convém ter a noção dos dois conceitos essenciais ligados a este sistema, fonética e fonologia, mas antes o do próprio assunto a que estamos referindo.

Crystal (1971) chama de sistema fonológico “aos tipos de sons que ocorrem numa dada língua e às estruturas de relação que têm entre si”. Para nós, será a descrição dos sons e das relações existentes que caracterizam o sistema do cabo-verdiano, especificamente a variante S.

Seguindo a mesma autora (op. cit. 212) define-se por Fonologia a parte da gramática que “estuda as propriedades do sistema fonológico. Trata dos sons e de diferenças de som que ocorrem somente no contexto de uma língua”, ou seja, a fonologia enumera os sons de uma língua. A Fonética, por sua vez, ainda segundo Crystal (op cit), é a parte que “estuda os sons sem referência especial à sua função no sistema fonológico de uma língua”, isto é, faz a descrição das características do som.

Sendo assim, é proposto fazer a descrição de uma língua conhecendo os seus sons e suas particulares. O cabo-verdiano como uma língua nova (Boletim Oficial nº11) e a variante S uma das suas normas-padrão tornam-se objectos interessantes de estudos pela e para a descoberta.

Assim, o estudo que mais adiante se desenvolve da fonética e da fonologia desta língua propiciar-nos-á para descrever e conhecer o sistema fonológico cabo-verdiano da variante santiaguense. Abriremos um parêntese também à questão da ortografia pelos motivos que a seguir se perceberá.

### **1.1.1 Os Processos fonético-fonológicos**

Processos fonológicos resumem-se em fenómenos que acontecem a nível da produção dos sons, portanto no momento da fala. Duarte (2000:232-233) aponta cinco processos fonológicos que considera mais frequentes nas línguas: inserção, supressão, assimilação, dissimilação e metátese.

No caso do cabo-verdiano, Veiga (2002:10) aponta algumas das transformações ocorridas durante o processo de formação da língua, no que refere particularmente, aos sons provenientes do português europeu quinhentista. Assim em relação aos consoantes, aponta que houve transformação de /v/ para /b/, de /z/ para /s/, de /ʒ/ em /dʒ/ de /ʎ/ para /dʒ/. Também aponta alguma redução aos ditongos *ai* em algumas palavras - baixo e caixa para baxu e kaxa.

Certamente estamos perante processos. Vejamos como se enquadra as referidas transformações de Veiga (1995) segundo as definições de Duarte (idem), tendo em conta que os processos não se manifestam somente no momento de nascimento de uma nova língua.

Aliás, não precisamente nestes momentos, pois os processos manifestam-se em circunstâncias diversas. Vejamos:

a) **Inserção** é o processo de produção de som em que há a inclusão de um “segmento que não existe na representação fonológica”.

Podemos considerar que de /ʒ/ e /ʎ/ para /dʒ/ houve inserção do som /d/.

Port. – Som	vocábulos	Lcv/ vS – son	vukábulu
/ʒ/	José	/dʒ/	djuze
	jogo		djogu
/ʎ/	mulher		mudjer
	colher		kudjer
	milho		midju

Não quer dizer que todos os sons /ʒ/ e /ʎ/ no português transformaram-se unicamente para o som /dʒ/ no cabo-verdiano. Como exemplos temos as palavras juízo (/ʒu'izu/) que pode realizar tanto /dʒuizu/ quanto (/ʒu'izu/), com mais frequência ao último e a palavra ilha que se realiza ilha /'iʎə/. há também inserção em *buluza* (de blusa em português).

b) A **supressão** é o oposto de inserção, consiste no apagamento de um “segmento que existe na representação fonológica”.

Nos exemplos apontados por Veiga (2002:10), encontramos a redução aos ditongos *ai* em algumas palavras. No cabo-verdiano encontramos o processo também em outras estruturas de palavras.

Port. – Som	vocábulos	Lcv/ vS – son	vukábulu
/ai/	baixo	/a/	baxu
	caixa		kaxa.
	pai	/ai/	pai
	vai		bai
/ei/	Conceição	/ei/	konseson
/ou/	vassoura	/ou/	basora



Verifica-se que a redução dos ditongos na língua não aconteceu ou acontece em todos os contextos. Há diferenças a nível da realização fonético-fonológica (exemplo de [paj] e [vaj] em português e [pej] e [bej] no cabo-verdiano), mas não a nível gráfico e semântico. Encontramos supressão em <konseson> nalgumas regiões do interior de Santiago, mas também <konseison> em outras.

Este fenómeno não acontece no cabo-verdiano apenas a nível vocálico ou apenas na origem do mesmo. Há supressão também em sons consonânticos e mesmo silábicos e que acontecem em vários momentos, como acontece com *Profesor* – *prusor* – *pusor* – supressão da sílaba /fe/ em *prusor* e da consoante /r/ em *pusor*.

c) **Assimilação** é a harmonização de um segmento com um outro na “representação fonológica”, isto é, identificação de um segmento com outro contextualmente próximo.

De /v/ para /b/, de /z/ para /s/ houve assimilação, pois os sons /v/ e /z/ transformaram-se em sons contextualmente próximas nas pronúncias /b/ e /s/. Exemplos:

Port. – Som	vocábulo	Lcv/ vS – som	vukábulu
/v/	vaca	/b/	baka
	vadio		badiu
	vassoura		basora
	casa [ˈkazɐ]		kasa [ˈkasɐ]

Os sons /v/ e /z/ mantêm-se na língua com o mesmo valor fonológico que em português (vaziu, vagu de vazio, vago).

d) **Dissimilação** é a alteração do valor de uma mesma propriedade. Mulher [umˈʎɛr] em português e em cabo-verdiano mudjer [muˈdʒɛr] há uma alteração (perca) de propriedade da vogal /e/ de mais aberta [ɛ] para a posição média [e].

### 1.1.2 Variantes e Variações do cabo-verdiano

O cabo-verdiano é uma língua que apresenta 9 dialectos insulares (variantes), mas as suas existências não chegam a interferir no entendimento inter-ilhas, pois todas apresentam a mesma estrutura profunda, o que facilita o processo (cf. Veiga, 1982). Lima (2001:65)

agrupando-os nos de Barlavento e nos de Sotavento afirma que “são variantes de um mesmo sistema” o que reforça de certo modo a intercompreensão existente.

As 9 distribuições das variantes do cabo-verdiano associam-se também a diversas variações. Cada ilha habitada realiza a pronúncia do cabo-verdiano de forma diferente, como já se disse, mas a diferença também está presente dentro de uma mesma variante quando a forma como esta se concretiza depende do grupo social a que pertence, situação do discurso (diafásico), estatuto social que ocupa, idade, sexo (diatrático) e zona da ilha onde o falante habita (diatópica). Como acontece em qualquer lugar, um jovem de 18 anos fala diferente de um adulto de 30 anos, é diferente o nível de linguagem entre uma peixeira e uma advogada também entre um morador do interior da ilha e um da cidade. (Faria et tal., 1996:480-481)

Dentre os dialectos existentes numa língua, uma se sobressai sociopoliticamente e é considerado como o da norma-padrão. No caso de Cabo Verde, por ainda se estar a decidir qual dos dialectos será a norma-padrão, tem-se usado duas variantes representando os dois grupos geográficos: ilhas de Barlavento (norte do País) – variante B, e ilhas de Sotavento (sul do País) – variante S (Lima, 2001, Veiga, 2002 e Cardoso, 2005).

Assim um mesmo segmento fonológico do cabo-verdiano realiza-se de diferentes formas dependendo da ilha ou da variação regional de uma mesma ilha. Este segmento fonológico pode ainda apresentar um mesmo referente, mas com significado e significante diferentes (ver signo linguístico em Saussure, 1986:121).

Vejamos exemplos com expressões de duas ilhas diferentes representando as duas normas-padrão: S. Vicente (barlavento) e Santiago (sotavento):

“*Eu estou falando com a Conceição*” (português)

(1) M ti ta falá ma *Konseisãu* [m ti ta fɛla ma *Konsejsãw*] – variante B

(2) N sa ta papia ku *Konseison* [m sɛ tɛ pɛpiɛ ku *Konsejsõ*] – variante S (cidade)

(3) N ai ta papia ku *Konseson* [m aj tɛ pɛpiɛ ku *Konsejsõ*] – variante S (interior)

As frases (1), (2) e (3) significam a mesma coisa. Qualquer falante do cabo-verdiano ao ouvir essas frases entendem-nas sem muita dificuldade. No entanto percebe-se que para além das três diferentes pronúncias usa-se vocábulos (morfemas) diferentes para dizerem a mesma coisa. Nota-se dissemelhança também em relação ao pronome pessoal *M* (1) e *N* (2-3), ao verbo *ti ta falá* (1), *sa ta papia* (2) e *ai ta papia* (3) e às preposição *má* (1), *ku* (2-3).

Verifica-se que as variantes S têm mais proximidade nas realizações fonéticas em comparação com a variante B. Isto acontece por serem variações<sup>1</sup> do mesmo variante.

Podemos também constatar que:

a) a vogal acentuada [a] ocorre em maior parte na variante B e a não acentuada[ɐ] na variante S.

b) as variantes apresentadas apresentam a realização do verbo de formas diferentes com acréscimos dos morfemas predicativos *ti ta(1)*, *sa ta(2)* e *ai ta(3)*, sendo que o *ta* se mantém em todas as variantes, aspecto sobre o qual iremos debruçar na morfologia flexional do verbo cabo-verdiano.

c) o ditongo decrescente *-ão* realiza-se de forma diferente. Em (1) mantém-se a ditongação, mas em (2) e (3) torna-se numa vogal nasal e troca-se o [ã] pelo [õ].

O estudo que ora se propõe tem como objecto apenas a variante S, não por uma questão de preferência ou tentativa de privilegiar esta variante, mas por motivos estratégicos, uma vez que é a variante que de momento tem-se mais contacto.

### 1.1.3 Os Sons da variante S

Para descrever o sistema fonológico de uma língua, antes devemos saber quais os fonemas existentes nesta mesma língua. Para o nosso caso, faremos um apanhado dos sons da variante S e levaremos em consideração Duarte (2000) e as técnicas de Crystal (1971) para a constituição de pares mínimos<sup>2</sup> (Gleason, 1961) ou distintivos (Mateus et al., 1990) de forma a determinar e descrever, mesmo que breve o sistema fonológico da variante S ora em estudo, ou seja, saber quais os fonemas<sup>3</sup> (sons) que estabelecem fazem parte da variante.

Devemos antes mencionar que a produção dos sons passa por duas fases: a de expiração e a de fonação (Duarte, 2000). O ar sai dos pulmões (expiração) e passa pela laringe e glote de forma a vibrar ou não as cordas vocais (fonação). Assim teremos os sons **vozeados** ou sonoros quando as cordas vibram e os sons **não vozeados** ou surdos quando não há vibração das cordas (idem:224).

---

<sup>1</sup> Variação linguística como o próprio nome diz, são as diversas formas de realização de uma mesma língua ou variante.

<sup>2</sup> Par mínimo ou distintivo significa a menor diferença fonológica que existe numa língua, quando a diferença entre palavras é apenas num som. Os pares mínimos também se diferem quanto ao significado.

<sup>3</sup> O Fonema é o traço mínimo distintivo (som mínimo com significado) de uma língua. Ver o teste do par mínimo em Crystal (1971:123)

A fonação só é aqui mencionada para se lembrar como o som se forma. Não constitui de todo nosso interesse abordá-lo mais aprofundadamente neste trabalho pelo que daremos ênfase em outros aspectos fonológicos como a que se segue.

O Ponto e o modo de articulação são aspectos importantes para a caracterização e classificação dos sons. O modo refere-se à forma como o ar passa pela cavidade bucal e o ponto o lugar onde há a obstrução do ar para se produzir o som que correspondem ao papel das cavidades bucal e nasal. (ibidem:226-227).

Tendo em conta a classificação dos sons, Duarte (2000:218) apresenta a priori três grupos de fonemas (sons) quando se refere ao português: o das vogais, semivogais e consoantes.

Vendo para o cabo-verdiano apontaremos os mesmos sons, mas de momento a atenção se incide sobre apenas dois dos mencionados como poderemos ver no quadro mais abaixo. Enumerando os sons<sup>4</sup> da variante em estudo teremos as **Vogais** e as **Consoantes**:

As **vogais** são os sons produzidos através de abertura maior ou menor do canal por onde passa o ar livremente nas cavidades (Perrot, 1953:36 e Duarte, 2000:225). No cabo-verdiano variante S, são elas:

	Não arredondado		Arredondado
Fechado	[i]		[u]
médio	[e]	[ɐ]	[o]
aberto	[ɛ]	[a]	[ɔ]
	Não recuado	recuado	

Tabela i - a horizontal – ponto de articulação e a vertical modo de articulação (classificação segundo Duarte (2000:226-227)).

Realizadas em palavras e comparadas com as portuguesas temos:

<b>Port<sup>5</sup>.</b>	<b>Lcv/ vs</b>	<b>Port.</b>	<b>Lcv/ vs</b>
<b>Vogais</b> exemplo	<b>vogal</b> exemplo	<b>Vogais</b> exemplo	<b>vogal</b> exemplo
[a] <ca <u>s</u> a>	[a] <ka <u>z</u> a>	[ã <sup>6</sup> ] <ma <u>n</u> a>	[ã] <ma <u>n</u> a>
[ɐ] <ca <u>s</u> a>	[ɐ] <ka <u>z</u> a>		
[ɐ] <sup>7</sup> <gra <u>n</u> de>	[ ]	[ẽ] <le <u>n</u> ço>	[ẽ] <le <u>n</u> su, pe <u>n</u> ti>

<sup>4</sup> os sons fonéticos são apresentados entre parênteses rectos [] e a grafia das palavras entre <>.

<sup>5</sup> Exemplos retirados de Duarte (2000:218)

<sup>6</sup> Não foi possível representar o som fonético correspondente [ɐ] nasalizado, apresentaremos [ã] com o mesmo valor fonético.

[ɛ] <ferro>	[ɛ] <kadérnu>		
[e] <seco>	[e] <pega>		
[i] <filme>	[i] <diretor>	[ĩ] <fim>	[ĩ] <fin>
[ɔ] <toça>	[ɔ] <móda>	[õ] <fonte>	[õ] <konpu, onti>
[o] <lobo>	[o] <kriolu>		
[u] <lobo>	[u] <kriolu>	[ũ] <atum>	[ũ] <atun>

No cabo-verdiano variante S, o som [ə] não existe e o som [u] é sempre representado pelo grafema <u> diferente do português que pode ser pelo grafema <o> e <u>.

Quase todas as vogais nasais com excepção de [ĩ] e [ũ] podem ser produzidas com diferentes articulações. A nasal [ã] é produzida com o a vogal aberta, não arredondado recuado [a] diferente do português cuja vogal é central anterior. o som [ẽ] é produzida tanto com a vogal aberta [ɛ] (lensu) quanto com a [e] médio (penti) diferente do português que é sempre fechado. O som [ĩ] é produzida pela nasal alveolar [n] diferente do português que é a nasal bilabial [m] e aparece nas palavras com a combinação <in>. A vogal nasal [õ] pode ser produzida tanto pelo [o] médio arredondado quanto pelo [ɔ] aberto arredondado.

A variante S não apresenta sons terminadas em [m] sendo a nasalização produzida com o alveolar [n] – /fin/, /inpropriu/, /ixenplu/, /konpanheru/, /kunpra/, /pan/ (da expressão da-n pan – atingiu-me), /son/, /tanbe/, /ten/, /tenperu/.

**As consoantes** são os sons produzidos pelo fechamento de diversas espécies e graus, pois há uma obstrução do som nas cavidades. (Perrot, 1953:36 e Duarte, 2000:225). No cabo-verdiano variante S, temos:

	bilabiais	Labiodentais	Dentais	Alveo -lares	Palatais	Velar es	Uvulares
Oclusivas	[p; b]		[t; d]			[k; g]	
fricativas		[f; v]	[s; z]		[ʃ; ʒ]		
nasais	[m]			[n]	[ɲ]		
laterais				[l]	[ʎ]		[ʁ]
vibrantes				[r]			[R]

Tabela ii - a horizontal – ponto de articulação e a vertical modo de articulação (classificação segundo a definição de Duarte (2000:226-227).

<sup>7</sup> Em Duarte (2000:218) i com um traço no meio (falta-nos o sinal fonético)

Realizadas em palavras e comparadas com as portuguesas temos:

Port.	Lcv/ vS	Port.	Lcv/ vS
Consoante exemplo	konsuanti ixemplu	Consoante exemplo	konsuanti ixemplu
[p] <p <u>a</u> to>	[p] <sap <u>a</u> to>	[b] <b <u>a</u> ta>	[b] <b <u>a</u> rku>
[t] <t <u>o</u> ca>	[t] <sap <u>a</u> to>	[d] <d <u>o</u> ca>	[d] <d <u>e</u> du>
[k] <c <u>a</u> bo>	[k] <bark <u>u</u> >	[g] <g <u>a</u> to>	[g] <g <u>a</u> tu>
[f] <f <u>i</u> ga>	[f] <fol <u>h</u> a>	[v] <v <u>i</u> ga>	[v] <v <u>i</u> aji>
[s] <s <u>a</u> co>	[s] <sap <u>a</u> to>	[z] <cas <u>a</u> > ; <z <u>o</u> na>	[z] <kaz <u>a</u> >; <z <u>o</u> na>
[ʃ] <ch <u>u</u> va>; <cois <u>a</u> s>	[ʃ] <xá>; <xávi>	[ʒ] <g <u>e</u> nte>	[ʒ] <jil <u>e</u> ra>
[m] <m <u>o</u> ta>	[m] <m <u>o</u> ta>	[n] <n <u>o</u> ta>	[n] <n <u>o</u> ta>
[ɲ] <man <u>h</u> a>	[ɲ] <man <u>h</u> a>	[l] <l <u>a</u> ta>	[l] <l <u>a</u> ta>
[ɫ] <mal <u>l</u> >	[ɫ] <mal <u>l</u> >	[ʎ] <fal <u>h</u> a>	[ʎ]; [dʒ] <fol <u>h</u> a>; <fad <u>j</u> a>
[r] <car <u>o</u> >	[r] <kar <u>u</u> >	[R] <car <u>o</u> >	[R] <rost <u>u</u> >

Como já dissemos, na formação do cabo-verdiano houve algumas transformações lexicais e com isso as suas correspondências sonoras (Lima, 2001: 50, Veiga, 2002:10).

Algumas consoantes, por exemplo, se transformaram ou substituíram outras embora tenham permanecido na língua em contexto próprio. O [b] substituiu [v] em *baka* (vaca), no entanto permanece em *vontadi* (vontade), *vida* (que também se realiza *bida*). O dígrafo [ʎ] passou para [dʒ] em *fadja*, mas se mantém nas palavras *ilha*, *folha* (também *fodja*). O som [ɫ] manteve-se na língua e também ganhou nova forma de uso como pronome átono de *el* ou “*algo*”, com função sintáctica de complemento directo (*manda-l panha livru* – mandei-o (a) apanhar os livros/ *panha-l di txon* – apanhe-o do chão), por si só, enquanto no português faz parte de uma sílaba, geralmente último som produzido.

## 1.2 A Ortografia (escrita)

No colóquio de Mindelo em 1979, Manuel Veiga e outros apresentaram uma proposta de “Instrumentalização do crioulo” na qual propõem um possível alfabeto para a língua, a que se chamou de “alfabeto funcional” baseado no alfabeto fonético internacional (IPA).

O alfabeto fonológico proposto suplantava a etimológica<sup>8</sup>, pois considerou-se que esta última seria mais difícil uma vez que se propunha uma medida mais simples, “viável e inteligente” para o caso do cabo-verdiano. Veiga (2002) citando Hélène Hout, enfatiza o facto de que quando um morfema (uma letra) pode ter mais que um som e vice-versa, pode tornar a ortografia de uma língua mais difícil e Gleason (1961) afirma que normalmente surgem confusões entre a grafia e a pronúncia. Crystal (1971), ao falar da possibilidade de um mesmo som ser escrito de várias formas, alega ser pouco económico e muito ambíguo, pois não “se pode prever a pronúncia de uma palavra a partir do grupo de letras que a constituem”. Com isso aponta que as línguas que apresentam uma relação mais “directa” entre o som e a letra, aparentemente, são mais fáceis.

Devido a isto e enveredando para a opção fonológica, propôs-se então que o cabo-verdiano optaria por um “alfabeto extremamente funcional” onde cada letra corresponderia unicamente a um som e reciprocamente, portanto um som (fonologia) corresponderia exactamente a um grafema (ortografia).

Em 1993 é apresentado e em 1998 é institucionalizado o ALUPEC - Proposta das Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano modificando um pouco a primeira proposta.

Desde 2009, designado de AK (Alfabetu kabuverdianu)<sup>9</sup>, o alfabeto tem vinte e quatro letras e quatro dígrafos: A B D E F G H I J K L M N Ñ O P R S T U V X Y Z/ a b d e f g h i j k l m n ñ o p r s t u v x y z; DJ LH NH TX/ dj lh nh tx (maiúsculas e minúsculas, respectivamente).

Há uma estreita relação entre a fonologia e a ortografia no cabo-verdiano. A fonologia como responsável para enumerar os sons, neste caso, existentes no cabo-verdiano, oferece à ortografia a possibilidade de fazer a sua correspondência directa na escrita e vice-versa o que facilita, de certo modo, a fala e a escrita no cabo-verdiano. Digamos que há uma espécie de previsão da forma de dizer e escrever um mesmo som sem que se tenha que conhecer a etimologia das palavras.

---

<sup>8</sup> e, com isso, os modelos baseados no alfabeto português de Adolfo Coelho, António de Paula Brito (1885), que durante muito tempo foram utilizados pelos intelectuais.

<sup>9</sup> 31 de Dezembro de 2009.

Não podemos é esquecer que ainda todas as regras de escrita não estão todas afixadas no cabo-verdiano. Actualmente existem campanhas de ensino do cabo-verdiano, mas a maioria das pessoas escrevem da forma como falam usando a escrita conforme a sua variante.

### 1.3 Sistema morfológico cabo-verdiano, variante S

A morfologia é a área de estudo da língua que se ocupa da análise da constituição das palavras, dos processos pelos quais elas são construídas a partir de suas partes componentes (cf. Houaiss 2.0a), ou seja, estuda “a estrutura interna das palavras e seus respectivos processos de formação” (Bergstrom e Reis, 2002).

A componente mínima das palavras é chamado de morfema (grego *morphe*) que tradicionalmente são as unidades mínimas significativas. Mas, Gleason (1961:57) chama-nos a atenção que definir o morfema apenas como a segunda unidade mínima da linguística (junto do fonema) não chega para entendê-la e, por isso, acrescenta também que é “a unidade que não pode ser dividida sem que lhe destrua ou altere drasticamente o significado”. E como veio a rematar Crystal (1971:229 - 230), morfema é uma unidade com uma “estabilidade interna”, isto é, “uma estrutura interna fixa”, uma vez que não se pode fragmentar e reorganizá-los aleatoriamente e não se inserir informações no interior.

Seguindo esta lógica, concordamos então quando Duarte (2000:74) afirma que as palavras são as combinações dos morfemas de forma sequenciada, ou seja, um morfema mais um outro formam um todo a que se pode chamar de palavra.

Existem várias outras definições e constitui uma das grandes preocupações dos teóricos dizer concretamente o significado de *palavra*, e com isso, elencar quais as que realmente constituem o vocabulário (léxico) de uma determinada língua. No entanto, elaborou-se teorias que nos possibilitam ter uma noção mínima do que se trata.

Neste sentido, começaremos por apontar a estrutura das palavras, os elementos essenciais que as constituem e, obviamente, a das palavras da variante S do cabo-verdiano, ao menos para se perceber como se organizam e se formam, ou seja, conhecer aquilo a que Duarte (2000:75) chamou de estrutura interna, “estrutura de constituintes”<sup>10</sup> das palavras.

---

<sup>10</sup> a expressão também é usada sintacticamente relacionada com a constituição de frases e orações.



### 1.3.1 Estrutura das palavras

Neste tópico serão apontadas duas propostas de estruturação das palavras diferentes, mas que seguem a mesma linha de interpretação.

Veiga (2002) aponta 4 constituintes de uma palavra. São eles:

a) O **radical**, a parte (ou o morfema) “invariável” ao qual pode-se juntar afixos ou desinências para se formar as palavras ou novas palavras (op. cit. 53). Sabendo que cerca de 99% dos termos provêm do português quinhentista, o léxico cabo-verdiano apresenta radicais idênticos a este, não obstante a diferença de significação (Veiga, 2002: 7). Vejamos o exemplo de *prusor* que também se realiza *profesor*, em português *professor* (mesmo significado):

**Lcv/ vS** – Vukábulu – Radikal    **Port.** – Vocábulos – Radicais

<i>prusor</i> – <i>prusor</i>	<i>professor</i> – <i>professor</i>
<i>prusóra</i> – <i>prusor</i> + a	<i>professora</i> – <i>professor</i> + a
<i>prusoris</i> – <i>prusor</i> + is	<i>professores/ professoras</i> – <i>professor</i> +es/ <i>professor</i> +as

Nos exemplos o radical é a forma invariável e constante *prusor* em todas as palavras. Vê-se que, no primeiro exemplo, por si só já possui um significado pelo que o podemos considerar como a forma livre, todavia os outros exemplos ilustram o radical associado a outros morfemas que lhe concederam um significado novo. Aos morfemas que se associaram ao radical *prusor* dá-se o nome de desinências.

b) As **desinências** são conhecidas como morfemas presas que aparecem no final do vocábulo (associados ao radical) e que lhes atribui um novo significado. São consideradas nominais quando se juntam aos radicais nominais e indicam o género (**-a** em *prusora*) e o número (**-is** em *prusoris*). Também são verbais quando se juntam aos verbos para indicar o tempo, modo e aspecto. As desinências associam-se à formação de palavras por flexão de género e número (Veiga, 2002:53).

c) Usadas nos processos morfológicos derivação e flexão, os **afixos** são morfemas presas a um radical ou a uma palavra (Veiga, 2002:53).

**Lcv/ vS – Vukábulu – Afixu**justu – *just* (+**u**)injustu – **in** + *just* (+**u**)injustisa – **in** + *just* + **Isa****Port. – Vocábulos – Afixos**justo – *just* (+**o**)injusto – **in** + *just* (+**o**)injustiça – **in** + *just* + **iça**

As palavras acima apresentadas têm todas em comum o mesmo radical *just* e ao mesmo foi acrescentado mais morfemas (afixos) que ocuparam posições diferentes e lhe concederam nova forma gráfica e significado. Os afixos quando se colocam antes do radical são chamados de **prefixos** (**-in** em **injustu** e **injustisa**) e **sufixos** quando depois do radical (**-u** em **injustu** e **-isa** em **injustisa**). (Veja, 2002: 53, Houaiss da Língua Portuguesa 2.0a).

d) No que toca a verbos existem as chamadas **vogais temáticas**. Situam-se entre o radical do verbo e a sua desinência. Vejamos o verbo Kumi no passado (Aspecto perfectivo<sup>11</sup> - pretérito mais que perfeito do indicativo) kumeba. Mais adiante procuraremos dispensar mais atenção à morfologia dos verbos na vS.

**Lcv/ vS – Verbu – vogal temática**kumi – *kum* + **i**kumeba – *kum* + **e** + ba**Port. – Verbo – vogal temática**comer – *com* + **e** + rcomera – *com* + **e** + ra

Verbo kumi apresenta duas vogais temáticas: **-i** para o infinitivo e tempo presente (N kumi, bu kumi, e kumi, nu kumi, es kumi); *e* **-e** para o tempo passado como em *Kumeba* que apresenta como vogal temática **-e** junto ao radical *kum* precedendo a desinência verbal **-ba**.

O verbo cabo-verdiano variante S também apresenta as outras vogais temáticas. O exemplo ilustra a existência das vogais **-e**, no entanto existem as vogais **-a** (badja, trabadja, komesa), **-i** (fazi, bai, podi, mexi, kompiti) e **-u** (fetu, fazedu, kumprádu).

Nota-se que é mais frequente a identificação das vogais **-a**, **-i**, **-u** na variante S, mas se reconhece também a vogal **-e** não obstante em menor quantidade. Há mais dificuldades em manifestar a vogal temática **-o**. Neste ponto discordando de Veiga (2002: 54) que aponta a vogal **-o** em konpo.

<sup>11</sup> Situações passadas e já terminadas.

Duarte (2000:74-75) de uma forma mais sintética apresentara apenas o radical e o afixo como estruturas constituintes da palavra, não obstante as explicações se assemelharem:

a) Reforça a definição do **radical** como a forma livre e independente, exceptuando as formas de origem eruditas, mas que na sua maioria, por si só, podem corresponder a uma palavra, ou então associar-se a outros morfemas para o fazer.

**Frase:** (4) Sabinu ta fla konbérstu sábi dretu.

Atentemos na expressão *konbérstu sábi*:

**Lcv/ vS** – Vukábulu – Radikal

*konbersu* – konbér + u

sábi – sábi

**Port.** – Vocábulos – Radicais

*conversa* – convers + a

sabe (que sabe bem) – sabe

Se considerarmos as palavras separadas encontramos os radicais *konbér* em *konbérstu* e *sábi* em *sábi*, portanto duas radicais sendo que a segunda por si só já constitui a própria palavra. Ao tomarmos a expressão por inteira teremos uma expressão cuja tradução significa aproximadamente *que conversa bem* (em português) associado a um tipo de falar típico do interior de Santiago. Estas duas palavras assim usadas no cabo-verdiano são morfologicamente uma palavra como em português temos *cor de vinho*, palavras compostas por justaposição.

b) Os **afixos**, tal como Veiga (2002), Duarte (2000) definira-os como formas presas e dependente dos radicais que, dependendo da posição, antes ou depois deste são chamados prefixos ou sufixos, respectivamente.

Ainda seguindo Veiga (2002) podemos também levar em consideração a tipologia das palavras e nominá-los como **primitivas** quando não depende de uma outra para se formar, **derivadas** quando formam através de uma outra mais um afixo, **simples**, aquelas com um único radical e **compostas** quando têm mais do que um radical. Ainda podemos considerar as mais antigas em desuso (arcaicas) e as advém de outras línguas e adaptadas ao novo contexto de uso (neologias). Estas formam o conjunto de palavras a que podemos chamar de **vocabulário** de uma língua (Bergstrom e Reis, 2002).

A partir das teorias de estruturação e dos tipos de palavras existentes que abordaremos a formação de palavras, o tópico que se segue.

### 1.3.2 Processo morfológico da formação de palavras

As palavras evoluem, não mantêm o mesmo significado e mesma estrutura inalterados. Conforme a necessidade da comunidade a que corresponde, assim haverá alterações que possam equivaler às suas necessidades linguísticas (Duarte 2000:83).

São vários os processos de formação de palavras, como por exemplo, nos elenca Duarte (2000: 83-88) e outros. Bergstrom e Reis (2002) são mais concisos e os agrupa essencialmente em três, aos quais prestaremos a atenção: Derivação, Flexão e composição.

#### 1.3.2.1 Derivação

A derivação é o processo que consiste na formação de palavra a partir de uma outra e o uso de afixos (Veiga, 2002).

Segundo Duarte (2000) o processo acontece a nível lexical e está inerente ao “significado extragramatical” transmitidos pelo radical (palavra original) e os afixos. Está associada apenas a uso de afixos a palavras já existentes.

Pode acontecer por a) **prefixação** quando o afixo fica à esquerda da palavra inicial e sempre altera o significado sem, no entanto lhe alterar a categoria gramatical. Também pode suceder por b) **sufixação**, isto é, acréscimo de afixos à direita da palavra, formando uma nova que ganha novo significado com possível alteração de categoria lexical (Bergstrom e Reis, 2002), por exemplo de adjetivo para nome.

Exemplifiquemos com a palavra *justu*.

**Lcv/ vS** – Vukábulu – Afixu

justu – just (+ **u**)

injustu – **in** + *just* (+**u**)

justisa – *just* + **Isa**

**Port.** – Vocábulos – Afixos

justo – just (+ **o**)

injusto – **in** + *just* (+**o**)

jusiça – *just* + **iça**

Temos a palavra *justu* ao qual se juntou afixos. Em *injustu* vê-se o uso do prefixo *in-* que lhe alterou o significado de *do que é íntegro* para *o que não é íntegro*. (Houaiss 2.0a) Observa-se que para al do significado mudar, ambas as palavras mantém a mesma categoria, neste caso de adjectivo (justo/ injusto). Em *justisa* temos o uso do sufixo *-isa* que concedeu à palavra inicial um novo significado - *qualidade do que está em conformidade com o que é direito* (Houaiss 2.0a) - e lhe mudou da categoria adjectivo para nome.

### 1.3.2.2 Flexão

Da mesma forma que existe a derivação, também existe o processo de formação de palavras por Flexão. Flexionar uma palavra é mostrar as diferentes formas que podem adoptar para transmitir informações gramaticais (Bergstrom e Reis, 2002). Este processo corresponde ao uso de sufixos, os quais contêm todos os dados gramaticais, como afirma Duarte (2000). Mas, como já mencionámos, o cabo-verdiano tem a particularidade de também transmitir as informações gramaticais através do uso de morfemas predicativos como no caso dos verbos, não coladas mas separadas do radical (Duarte, 1998, Veiga, 2002 e Cardoso, 2005).

A flexão pode ser **nominal**, quando se refere às categorias gramaticais nome, adjectivo e pronomes e pode ser **verbal** quando se refere aos verbos. A nominal transmite informações de género (masculino e feminino), número (singular e plural) e, a verbal informações de tempo, modo, aspecto, pessoa e número (Bergstrom e Reis, 2002).

A flexão no cabo-verdiano é reduzida, sendo que em algumas situações não acontecem obrigatoriamente (Veiga, 2002 e Cardoso, 2005).

A este fenómeno Scherre e Naro (1998) chamaram de variação flexional, isto é, a flexão pode acontecer sem definir absolutamente a distinção entre singular e plural ou feminino e masculino. Quando a realização da palavra contém a marca da flexão, estes chamaram-na de variante explícita e quando não o faz de variante zero.

Atentemos num exemplo de flexão nominal dos substantivos *fidju* (em português filho ou filha, filhos ou filhas).

Lcv/ vS – Flekson		Port. – Flexão	
Nunbru	Generu	Género	Número
<b>Fidju</b> mask. - femin.	singular - Plural	<b>Filho</b> masc. - femin.	singular - Plural
fidju - fidju	fidju - fidju, fidjus	filho - filha	filho (a) - filhos (as)

Colocando-a em frases:

(5) Maria ten **fidju** – Maria tem filhos

(6) Maria i Juana e **fidju** di Antóniu

(7) **Fidjus** Kode di Dona presta-l ominaji – Os filhos de Kode di Dona prestaram-lhe homenagem

(8) Antóniu e **fidju** di Maria – O António é filho de Maria

(9) Maria e **fidju** di Juana – Maria é filha de Joana

**Fidju** quanto ao número pode ser usado na forma flexionada **fidju** (5) para designar o singular, mas também o plural (6) mesmo existindo a **fidjus** para o plural (7). Portando acontece sem a distinção do nº tornando-se a variante zero em oposição à variante explícita em (7). Quanto ao género é difícil encontrar enunciado com **fidjas?** para demarcar a diferença de género masculino (8) feminino (9). No cabo-verdiano quando não há demarcação gráfica de flexão das palavras essa demarcação acontece a nível contextual do uso da palavra como se viu nos exemplos.

Na flexão verbal de um verbo regular no pretérito perfeito, não se nota a flexão através do verbo mas sim pelos pronomes pessoais que também não faz a distinção de género. Exemplo do verbo *kumi* (comer): *N kumi, bu kumi, e kumi, nu kumi, es kumi* (eu comi, tu comeste, ele/ela comeu, nós comemos, eles comeram).

A forma do verbo **kumi** é invariável, comportamento comum dos verbos cabo-verdianos e a não distinção do pronome da terceira pessoa também (*e* i *es*) (Veiga, 2002). Portanto não existe a flexão explícita do verbo e da distinção da 3ª pessoa em termos de género, apenas em nº (*e* - singular e *es* - plural).

### 1.3.2.3 Composição

O processo de formação através da composição subsiste na criação de palavras através do uso de mais que um radical e se formam através de dois processos: Justaposição e aglutinação. Ao primeiro refere-se à união (por hífen ou não) de dois ou mais termos que apesar de manterem os seus acentos formam uma nova palavra; ao segundo à união de termos que ao se juntarem ganham novo significado, nova acentuação e grafia (Figueiredo e Ferreira, 1987, Veiga 2002 e Bergstrom e Reis, 2002).

Atrás déramos exemplo com *konbérsu sábi* como palavra justaposta. Podemos acrescentar à lista exemplos como:

<b>Lcv/ vS</b>	Vukábulu – palavra (radical)	<b>Port.</b> Vocábulo – palavras (radical)
<b>Justaposição</b>	Kauverdi – kau + verdi	Cabo Verde – Cabo + Verde
	pe di kabra – pe + di + kabra	pé de cabra – pé + de + cabra
	água di kolónia – água+di+kolónia	água-de-colónia – água+de+colónia

*Kauverdi* em cabo-verdiano é justaposta sem o uso do hífen e todos os seus possíveis derivados têm o mesmo comportamento, mas nota-se que no português, apesar de ainda ser composta por justaposição, usa-se graficamente as palavras separadas (e, nos seus derivados usa-se o hífen). Isto mostra que a forma de escrita de palavras justapostas e outros processos linguísticos dependem da língua em questão e da noção de aceitabilidade do falante nativo (Faria et al., 1996). O falante nativo cabo-verdiano ao deparar com *Kabuverdi* ou qualquer das outras palavras escritas de outra forma, intuitivamente aponta como sendo uma construção inaceitável no cabo-verdiano (língua), contudo reconhece que numa outra língua existe a possibilidade da grafia se mudar, como no caso do português.

Como acontece no caso da composição por aglutinação? Vejamos:

<b>Lcv/ vS</b>	Vukábulu – palavra (radical)	<b>Port.</b> – Vocábulo – palavras (radical)
<b>Agglutinação</b>	girasol – gira + sol	girassol – gira + sol
	aguardenti – água + ardenti	aguardente – água + ardente

O processo é idêntico tanto no cabo-verdiano quanto no português.

Como já vimos, no cabo-verdiano as palavras podem ser formados através dos três processos mencionados. O que nos interessa de momento é o processo por flexão pois, é através deste que procuraremos descrever as diversas realizações das palavras e posteriormente analisá-las enquanto constituintes sintácticos no processo de concordância.

### 1.3.3 Categorias gramaticais (morfológicas e sintácticas)

Quando abordámos o tópico *Processo morfológico da formação de palavras* mencionamos, por algumas vezes, a denominação *categoria gramatical*. O que significa?

Podemos defini-la como classe de palavras de uma dada língua. Perrot (1953) dissera que as categorias gramaticais variam conforme as línguas. Não discordando Raposo (1992:67) aponta como categorias ou componentes lexicais mais importantes: substantivo ou Nome (N), Adjectivo (A), Verbo (V), Preposição (P) e Advérbio (Adv) – e constituem os elementos centrais nas frases.

Sintacticamente estas categorias morfológicas desempenham funções e mantêm relações específicas entre si. Segundo teorias de André Martinet, o nome (N) assume a função de sujeito (que também pode ser expresso por um pronome) ou objecto conforme a sua posição na frase, o verbo tem a função predicativa. (cf. Mahmoudian, 1982:110)

No cabo-verdiano encontramos as mencionadas categorias e desempenham basicamente o mesmo papel comparado com as portuguesas. Raposo (1992) apontou algumas que nos interessam para o trabalho, mas existem outras não mencionadas que também nos é importante agora. Considerando as que nos interessa, temos segundo Veiga (2002: 57, 58, 135):

a) **Substantivos ou Nomes (N)** – as palavras que designam os seres desde os animados aos inanimados. Podem ser concretos quando se referem a seres em geral, abstractos quando designam estados (aligria, tristeza) ou qualidades (sabedoria, inteligensia), próprios quando são nomes de coisas (panela, kasa, pedra), pessoas (Antóniu, Maria, Juana) e seres específicos (sapu, lagartixa, mosca), comuns quando se referem a seres em geral e colectivos quando se referem a grupos (kardume, alkateia, manada, enxami).



b) **Adjectivos (A)** – palavras que modificam o nome. Indicam qualidade (bom, mau), estado (sakedu, forti, fraku), modo se ser (bazofu, deslexádu), aspecto ou aparência (dispentiadu, arumádu).

c) **Artigo** é uma subcategoria de determinantes podendo ser definidos e indefinidos. O definido não existe no cabo-verdiano, mas existe as formas do indefinido *un* e *uns* para feminino e masculino.

d) **Verbos (V)** – são as palavras que transmitem informação da acção. Temos verbos regulares (corri) e irregulares (ten) no cabo-verdiano, os principais (corri, juga, pentia) e os auxiliares (ten, bai, ser), defectivos (txobi, venta), transitivos (le, studa, laba) e intransitivos (txora, korda).

#### 1.3.4 Flexão nominal - número e género

Segundo alguns teóricos, a flexão no cabo-verdiano é muito reduzido e possui uma característica *sui generis*.

No que diz respeito à nominal, o **número** no cabo-verdiano é demarcado conforme a categoria a que refere. Não há imposição na flexão dos substantivos, os adjectivos de uma forma geral são neutros, o artigo definido não existe, só o indefinido com as formas *un* e *uns*, os numerais têm as suas formas de quantificar singular e o plural, os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e os indefinidos têm marca de número, mas os relativos e interrogativos não. (cf. Veiga, 2002: 8-9, 57-95, Duarte, 1998:55-56)

O **género** dos adjectivos e os artigos indefinidos é neutro. Os pronomes possessivos só têm género para “as formas de respeito” (idem).

Segundo parece, uma grande parte das classes não flexionam quanto ao número e quanto ao género apenas os substantivos dos seres animados e os pronomes possessivos na forma de tratamento por respeito.

### 1.3.4.1 Flexão dos substantivos (nomes)

Como já mencionamos a flexão no cabo-verdiano para além de resumido não é obrigatório em todos os contextos. No caso dos substantivos existem particularidades como a de não ser forçoso.

#### 1.3.4.1.1 Número

Segundo Veiga (2002) e Cardoso (2005), a maior parte dos substantivos têm as formas singular e plural, mas não apresentam a flexão obrigatória de número, isto é, não há uma obrigatoriedade no seu uso (cf. também Duarte, 1998:55). É aceitável que a forma singular do substantivo apareça num contexto plural e não esteja flexionado.

Para a demarcação do plural quase não usa desinências, mas sim quantitativos (txeu kaza, poku kuza, munti trabadju), numerais (un mininu, dos mininu), ou colectivos (munti moska).

Muitas vezes são essas as classes de palavras que vão comportar toda a marca da flexão de número responsável para demonstrar a concordância e quando falarmos do fenómeno ser-nos-á muito útil conhecer este comportamento que nos mostra existir uma certa dependência local (Raposo, 1992:247-248) entre essas categorias.

As desinências de número são usadas quando essas classes não podem determinar o plural. Nesses casos teremos as desinências –s, –is (kriansas i mudjeris). Veiga (op cit:58) ainda aponta –ais, –eis, –is e –ois para as palavras que terminam em –al, –el, –il e –ol, mas os exemplos dados são pouco frequentes, a nosso ver (jornais, fiéis, lensóis).

#### 1.3.4.1.2 Género

O **género** é inexistente para os seres inanimados e vegetais, mas existe quanto aos animados. Os morfemas de género masculino são –u e –or (amigu, konfuzentu, falador) e de género feminino –a, –óra e –era (amiga, konfuzenta, prusora, faladera) – o feminino de -or pode ser tanto –óra quanto –era. (ibidem).

Lima (2001:45) é mais precisa quanto à marcação do género e menciona que esta só se torna notória no cabo-verdiano para a distinção das pessoas, ou seja, não em todos os animados. Para os outros seres animados ou não o género não é “uma categoria pertinente”.

#### 1.3.4.2 Flexão dos adjetivos (A)

Os adjetivos<sup>12</sup> cabo-verdianos de forma geral são considerados neutros quanto ao número e género, este último salvo em algumas situações específicas (cf. Veiga, 2002 e Cardoso, 2005). Em nenhum momento os adjetivos flexionam quanto ao número. Quanto ao género podem ser uniformes (*grandi*, *pikinoti*, *tamanhu*, *sinplis*,) e biformes (*konplikadu/a*, *trakinu/a*, *stresádu/a*, *fadigadu/a*, *bunitu/a*), pois existem alguns que permitem a flexão de sexo (Veiga, 2002:62). Normalmente são as desinências –u e –a (*feiu/feia*), –or e –era (*papiador/papiadera*), –es e –eza (*xines/xineza*) que determinam os géneros masculino e feminino.

#### 1.3.4.3 Flexão dos artigos

Não existe artigo definido no cabo-verdiano em nenhuma das variantes. A língua apresenta apenas duas formas do indefinido para o singular e o plural, mas nenhuma para a marcação de género que é neutro (Veiga 2002:67). São eles *un* e *uns*.

Duarte (1998:55), Lima (2001:46) e Cardoso (2005) apontam os determinantes demonstrativos (deícticos) *kel* e *kes* como os substitutos dos artigos definidos. Lima (cit) ainda justifica este comportamento recorrendo à teoria de Chomsky (1957, 1986/1994) que define os deícticos como categorias de função determinativas. Veiga (2002:67), por sua vez, defende precisamente o contrário, pois para este *kel* e *kes* são considerados como adjetivos demonstrativos cujo emprego na língua é muito raro.

---

<sup>12</sup> Veiga (2002) aponta subclasses como os possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos com formas de singular e plural. Ao consultar a gramática de Figueiredo e Ferreira (1987) encontramos essas palavras como pronomes e não adjetivos pelo que, havendo ambiguidades, não serão consideradas durante o trabalho (ex: Veiga, 2002:69 – adjetivo possessivo *nhas*, Figueiredo e Ferreira, 1987:221 – pronome possessivo *meus*, *minhas*)

Nota-se que realmente os deícticos (Duarte, Lima e Cardoso op cit) ou adjectivos demonstrativos (Veiga, op cit) por vezes são empregues substituindo os artigos definidos, mas não é taxativo, pois a maior parte das construções não os apresenta com tal função.

(11) Antóniu kumpra (un) caru (O António comprou um carro)

(12) Kel Antóniu kumpra caru (\*Aquele António comprou um carro)

(13) Kes trabadju dja sta fetu (Os trabalhos já estão prontos)

(14) Trabadjus dja sta fetu (Os trabalhos já estão prontos)

Na frase (12), o kel não pode ser tomado como artigo o que tornou a frase inaceitável, ao contrário de (13) que pode ser muito bem entendida. A frase (14) mostra que também é possível ter o mesmo sentido que (13) sem o uso do determinante. Também se verifica que não há imposição do indefinido (11). Pode-se dizer então que os deícticos não servem como artigos para acompanhar nomes próprios, ao contrário dos nomes comuns.

### 1.3.5 Flexão verbal - Tempo, Modo e Aspecto

Os verbos cabo-verdianos transmitem essencialmente informações de tempo, modo e aspecto, doravante TMA (Cardoso, 2005), não existe flexão para nenhuma das pessoas gramaticais. O **Tempo** demarca o presente, o passado e o futuro, os **Modos** o indicativo, condicional, conjuntivo, imperativo e o infinitivo. Existem duas manifestações de **Aspectos**, a realizada e a não realizada, através do uso de morfemas predicativos a que Duarte (1998:56) chamou de “componentes auxiliar do sintagma verbal”. Veiga (2002) apresenta ainda os **Particípios** presente e passado.

#### 1.3.5.1 Flexão dos verbos (V)

A flexão dos verbos cabo-verdianos é bastante regular e invariável, basicamente mantém a mesma forma para todas as pessoas gramaticais. Duarte (1998:56) aponta que houve uma “substituição da flexão verbal” fazendo com que o sistema verbal ficasse assente no uso de morfemas autónomas que precedem o verbo para demarcar as informações

gramaticais que se resumem ao TMA: *ta* e *sa ta* predicativos usados no presente para expressar os aspectos imperfectivo e progressivo, respectivamente; *-ba*, *ta* + *-ba*, *sa ta* + *-ba* usados no passado para expressar as formas das acções verbais de situações passadas e já terminadas, situações passadas ainda não terminadas que acontecem de forma contínua. (ver também Veiga, 2002 e Cardoso, 2005)

Pratas (2002) ao contrário de Veiga (2002) considera ser muito complexo o sistema verbal, longe de ser simples. Enquanto Veiga aposta na simplicidade e economia linguística, Pratas considera ser muito mais complicado tal simplicidade pois, as propriedades verbais são muito estáveis, o que pode trazer ambiguidades na estruturação dos predicados e demarcação do TMA.

De momento consideramos que não nos será de todo necessário apresentar todas as conjugações verbais possíveis. Tomaremos como exemplo apenas uma conjugação e as restantes serão devidamente classificadas em contextos precisos quando apresentados: O tempo presente do aspecto não realizado do indicativo é expresso pelo morfema predicativo pré-verbal *sa ta* – *N sa ta fla*, *bu sa ta fla*, *e sa ta fla*, *nu sa ta fla*, *es sa ta fla*.

Um acréscimo de Cardoso (2005) aponta não existir uma forma específica para o futuro do indicativo, podendo realizar-se, por exemplo, com o pré-verbal *ta* (N *ta txiga manhan* – chegarei amanhã).

## 1.4 A Sintaxe e o Sistema sintáctico do cabo-verdiano, variante S

Quando se fala de sintaxe reporta-se ao que Perrot (1953:43) chamara de estudo da organização, isto é, “da constituição de frases”. Ou então ao que Filhos (1997) designou mais tarde de “estudo das relações entre palavras”.

Mahmoudian (1982:98) define ainda sintaxe como “o mecanismo de combinação de signos<sup>13</sup> para a constituição de enunciados (...) que implica determinar quais as unidades constitutivas dos complexos de signos e quais as regras combinatórias”. E a organização sintáctica das línguas naturais e suas regras dependem do juízo do falante nativo tendo em conta o conhecimento intuitivo da sua língua como nos indica Faria et al. (1996) citando

---

<sup>13</sup> Termo usado por Saussure para referir-se ao sistema linguístico. Este é constituído por um “signifié” (significado dos conceitos, conteúdos) e um “signifiant” (significante, imagem acústica, expressão sonora) Cf. Crystal, 1991:198)

Chomsky (1957 e 1965). Para dizer que é o falante nativo quem traça a linearidade das palavras, isto é, a sequência aceite ou não e as suas **Dependências locais**, ou seja, a relação das palavras e sua interdependência (tipo o adjetivo qualifica o nome) e as suas **Relações gramaticais** (Maria é sujeito e comer é seu predicado). (Faria et al., 1996:247-248).

Para conhecer como funciona a sintaxe de uma língua leva-se em consideração o que acima apontamos e aquilo que Duarte (2000:70) afirmou: “há que se conhecer o contexto sintático da palavra, as posições que ocupa e as suas possíveis combinações”. A chamada relações específicas entre os elementos de uma frase (Perrot 1953:42).

Não podemos também esquecer que as línguas naturais regem-se segundo **Princípios e Parâmetros**<sup>14</sup>, como nos lembra Raposo (1992:54) quando cita Chomsky (1981). Considera-se por Princípios as regras e as leis invariáveis e comuns a qualquer gramática, por exemplo, a existência de um sujeito. Os Parâmetros são as opções da forma de realizações destes princípios, a realização expressa ou não do sujeito. Os parâmetros surgem em função dos “dados linguísticos primários da criança” e, a sua manifestação pode diferenciar-se de língua para língua. (cf. Raposo, 1992 e Miotto, 2005).

Chomsky (1981) apud Raposo (1992) diz existirem dois tipos de línguas caracterizadas através da realização do sujeito. Aponta línguas de sujeito valor **pro-drop**, ou seja, que propicia a realização fonética opcional do sujeito, isto é, a existência do **sujeito nulo** (português) e de sujeito valor **não-pro-drop**, aquelas cujo sujeito deve ter realização fonética obrigatória.

A realização pro-drop ou não-pro-drop do sujeito fazem parte dos parâmetros. Aqui o princípio presente é o de toda a língua possuir necessariamente um sujeito, não importa a forma como é apresentado.

Por isso, crê-se que é a junção de princípios com as manifestações e fixação dos parâmetros que caracterizam e especifica cada língua. Tomemos como exemplo o cabo-verdiano e a realização do seu sujeito.

Estamos perante uma língua com sujeito valor **não-pro-drop**, que não aceita sujeito subentendido, este deve ser sempre expresso (Veiga, 2002). Isto deve-se essencialmente devido ao comportamento flexional do verbo (Cardoso, 2005). Não apresenta flexão de pessoa e número com isto não se consegue através deste saber qual o sujeito caso esteja subentendido, ou elíptico como denominaram Cunha e Cintra (1984). (Veiga 2002: 9)

---

<sup>14</sup> Linguística generativa

O caso torna-se diferente quando Pratas (2002) aponta a possibilidade da língua ser semi-pro-drop, pois aceita a realização sem sujeito, no caso dos verbos defectivos (sa ta txobi, txobo txeu, sta kalor).

Pelo que podemos considerar que uma das características do cabo-verdiano é o facto do sujeito quando existir ser sempre expresso e que a existência expressa do sujeito depende da natureza do verbo, visto que, o cabo-verdiano tem flexão uniforme e invariável para todas as pessoas gramaticais, e sem o sujeito não se sabe quem praticou a acção ou a quem se refere.

#### 1.4.1 Os constituintes sintácticos e sintagmáticos

São várias as nomenclaturas usadas para significar os *constituíntes*, como apontam Faria et al. (1996:255), segundo a tradição gramatical ocidental e linguística contemporânea.

Aristóteles chamara-os, aos Constituintes sintácticos, de partes do discurso, Bloomfield, Hockett e Harris de categorias gramaticais, classes de palavras ou morfemas, Chomsky e Bresnan de categorias sintácticas (*apud* Faria, *idem*).

Por ora satisfaz-nos a classificação usada por Chomsky e Bresnan. As categorias sintácticas (constituíntes frásicos<sup>15</sup>) estão inerentes às categorias morfológicas. O substantivo ou Nome (N), Adjectivo (A) têm as funções sintácticas de Sujeito ou aposto, atributo e Verbo (V) de predicado. Os artigos precedem (ficam à esquerda) os substantivos para formarem o sujeito junto com os adjectivos à direita, por vezes também à esquerda. Existe também os complementos que podem ser formados pelo nome ou pelos advérbios. (Bergstrom e Reis, 2002)

Saussure (1986:225, 229) referencia os termos *Forma* e *Funções* para mostrar a relação indissociável que existe ente a morfologia (forma) e a sintaxe (função), o que reforça a atribuição de funções sintácticas às categorias morfológicas correspondentes como se viu em Bergstrom e Reis, 2002 (op. cit.), essencialmente em todas as gramáticas.

Faremos referências às categorias sintagmáticas, também inerentes às categorias morfológicas constituídas por léxicos como itens centrais (núcleos) acrescidos de outros. As

---

<sup>15</sup> Frase – “construção que encerra um sentido completo, podendo ser constituída por uma única palavra sem necessidade de haver um verbo” (Houaiss 2.0a). “Segmento do discurso que tem um sentido completo”. (Mahmoudian, 1982: 108)

categorias sintáticas adquirem o nome da categoria lexical central. (cf. Raposo, 1992: 67-68, Veiga, 1995: 377)

Veiga (op cit) aponta que os sintagmas podem ser nominais, verbais e preposicionais conforme o núcleo que o compõe.

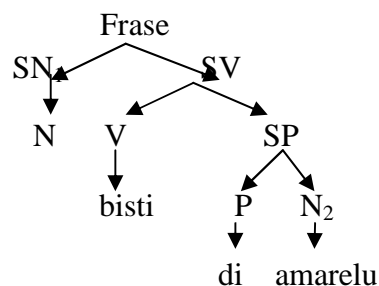
Caso representemos as ditas estruturas numa frase simples <sup>16</sup> teríamos a seguinte organização no cabo-verdiano:

Frase: (10) N bisti di amarelu (vesti-me de amarelo)

SN: N, amarelu (eu, amarelu)

SV: bisti (vesti (me))

SP: di (de)



O sintagma preposicional é facultativo, ao contrário do SN e SV que são essenciais para o sentido da frase. (Veiga, op cit:389)

Sintacticamente o primeiro SN, doravante SN<sub>1</sub>, é o sujeito, o SV Predicado (V) e o SP, o complemento determinativo.

As disposições em árvore apontadas objectivaram apenas a construção de uma visão de como os sintagmas podem estar situados numa frase simples e, particularmente no cabo-verdiano. Neste trabalho, não corresponde de todo o nosso interesse abordar mais aprofundadamente as estruturas gramaticais com as formas de representação em árvores.

#### 1.4.2 Ordem das palavras ou Estrutura de constituintes

Raposo (1992:65-69) define ordem das palavras ou estrutura dos constituintes como a disposição ordenada e linear de uma sequência lexical (frase ou oração). Não considera que a organização das palavras numa frase seja rígida, pois pode haver a Clivagem, isto é, os constituintes (palavras) podem ou não mudar de posição na frase, mas alerta para a questão da sequência poder ser considerada aceitável ou não pelo falante quando isto acontece. E, como afirma Faria et al. (1996:248), a aceitabilidade associa-se ao conhecimento gramaticais

<sup>16</sup> seguindo Chomsky (1957:28) e Mahmoudian (1982:122)



intuitivo do falante e é segundo isto que se define as “dependências locais” dos constituintes numa frase e quais as suas “relações gramaticais”.

Saussure afirmara que:

Associar duas formas não é apenas sentir que elas apresentam qualquer coisa de comum, é também distinguir a natureza das relações que regem as associações.

(op. cit. 1986: 229)

Isto para dizer que quando se faz associações de palavras existe uma serie de intenções implícitas não somente juntá-las, mas sim ponderar a pertinência e a possibilidade dessa associação.

Exemplificando com frases da variante S do cabo-verdiano podemos ver a que se referiu Saussure no que diz respeito a esta associação de formas, neste caso de constituintes. Assim temos as frases:

(15) Hélder Antunis inisia se karera na mil novisens i noventa i seix

(16) Na mil novisens i noventa i seix Hélder Antunis inisia se karera

(17) \* Inisia se karera Hélder Antunis na mil novisens i noventa i seix

(18) \*inisia se karera na mil novisens i noventa i seix Hélder Antunis

Visivelmente aceitável por qualquer falante da variante S as frases (15) e (16), não obstante ter havido alteração da ordem dos constituintes na frase (16), tal como nas frases (17) e (18) inaceitáveis na língua. As disposições dos constituintes em (17) e (18) são consideradas inaceitáveis no cabo-verdiano, mas (16) é aceitável.

Podemos considerar que o cabo-verdiano não aceita que o sujeito se situa entre o verbo e o complemento (VSO), mas admite da sequência complemento sujeito verbo (OSV)? ou então

Dizer que o cabo-verdiano tem uma ordem rígida quanto à colocação do verbo em relação ao sujeito?

Quanto à organização dos constituintes, Duarte (2000:149) aponta três ordens básicas na estrutura de frases declarativas simples comuns na maioria das línguas: **SVO** (sujeito verbo complemento), **VSO** (verbo sujeito complemento) e **SOV** (sujeito complemento verbo). No entanto acrescenta que podem existir situações em que essas ordens são alteradas.

Já vimos que as frases da variante S do cabo-verdiano não aceitam as ordens VSO e VOS, vejamos como se comporta em relação às outras apontadas por Duarte (2000):

(19) [makinista] [ripara] [barku] – SVO

(20) \*[ripara] [makinista] [barku] - VSO

(21) \*[makinista] [barku] [ripara] - SOV

(22) \*[barku] [makinista] [ripara] - OSV

Ao analisarmos os exemplos de (19) a (22) vemos que a maioria das sequências foram consideradas não aceitáveis, admitindo apenas a (19) - SVO.

Há pouco questionamos se o cabo-verdiano aceitaria a ordem complemento sujeito verbo (OSV) e vimos em que sim na frase (16), todavia em (22) essa mesma sequência não é aceitável. Podemos a partir daí considerar que a construção é possível mas depende da natureza do complemento e do enunciado (\*na txon Maria bota lixu /ónti Maria bota lixu – complemento de lugar vs complemento de tempo) como se confirma com a teoria dos *casos*. Normalmente os de tempo são mais “adaptáveis” como se repara em português podendo ficar no início, meio ou fim das sequências. Os complementos de objecto directo não se antepõem ao sujeito no cabo-verdiano como se vê na frase (22), mas os circunstanciais de tempo sim (16).

Podemos reparar também que sempre que o verbo antepõe o sujeito tendo (17) ou não outro constituinte no meio (14) a frase torna-se inaceitável – nas frases (17), (18) e (20).

Esta estruturação rígida da ordem dos constituintes SVO no cabo-verdiano, pode estar associada à teoria dos casos, no sentido da ausência destes. Tendo origem de uma língua neolatina (o português europeu) que durante a evolução perdeu algumas marcas dos casos gramaticais. O latim marca os casos através das desinências, mas com a perda destes no processo do surgimento das línguas neolatinas, tornou-se necessário topicalizar os constituintes para dar a entender a que caso se refere (antes do verbo é o caso nominativo, sujeito, depois do verbo, os casos acusativo e ablativo, complemento directo, indirecto e outros). Referindo o português ainda persistem marcas, morfologicamente realizado ou não, que nos possibilita entender o caso e com isso a possibilidade dos constituintes mudarem de posição na frase ou se subentenderem. (Chomsky, 1986:87, 106).

No que toca ao cabo-verdiano não há presença de marcas de caso explícito, pois os constituintes não seguem uma flexão que proporcionam a identificação dos mesmos (ver a flexão nominal e verbal, acima trabalhados) (cf. Lima, 2001)

Isto explica o comportamento do sujeito cabo-verdiano que aceita apenas a anteposição de alguns complementos específicos – os de tempo – todavia nunca aceita a anteposição do verbo em relação ao sujeito.

Pode-se concluir então que os constituintes frásicos cabo-verdianos são sempre expressos (não aceitando categorias subentendidas) e que seguem uma ordem mais rígida comparada com a do português. A sequência SVO com OI (objecto indirecto) a preceder o OD (objecto directo) é mais recorrente e isto deve-se à natureza flexional da língua, a perda dos casos gramaticais. (cf. Lima, 2001:47-49)

## **1.5 Conclusão**

Comparada com a língua de superestrato da qual originou e ainda os de substrato, o cabo-verdiano tem uma constituição própria e independente, mesmo que apresente algumas semelhanças. Tem uma estrutura fonética-fonologia enquadrável nos quadros de classificação dos sons (Duarte, 2000) tem uma morfologia própria de flexão reduzida e uma estrutura sintáctica mais ou menos rígida, invariável. Apesar de essas características serem consideradas aquelas que justificam a simplicidade e a economia da língua por uns (Veiga, 2002 e Cardoso, 2005), outros consideram que tais particularidades tornam a língua mais complexa em alguns aspectos gramaticais (Pratas, 2002). A nosso ver consideramos serem complexos alguns aspectos mais a nível sintáctico tendo em conta o comportamento flexional das categorias principais (principalmente o verbo) e também a sequência canónica dos constituintes sintácticos, mas por outro lado é simples no que tange, por exemplo, a ortografia.

## **CAPÍTULO II - DESCRIÇÃO DO FENÓMENO DE CONCORDÂNCIA NA VARIANTE S**

Toda a descrição feita anteriormente ajudar-nos-á a entender como abarcar fenómenos mais abstractos como o de concordância, a nominal e a verbal na variante S cabo-verdiana.

No capítulo que ora se inicia debruçaremos nos aspectos mais relevantes para justificar as possibilidades e as possíveis formas de manifestação do fenómeno de concordância tentando sempre que possível recorrer ao português para comparações, pois as suas regras prescritivas serão apontadas em contrapeso para a descrição que sugerimos. É de realçar que tais regras não servirão necessariamente para nos aludir a descoberta de uma standardização do fenómeno na língua (variante S), mas sim a compreensão de como o processo acontece.

### **2.1 Conceito e origem do termo *Concordância***

#### **2.1.1 Conceito**

Concordância é o conceito gramatical que articula a função (sintaxe) e a forma (morfologia) quando se trata da gramática clássica (GC) apropriada às línguas com sistema flexional variado – na terminologia de Greenberg, sobre a tipologia das línguas, correspondência às línguas flexionais.

Ainda segundo as definições tradicionais, como a de Bergstrom e Reis (2002), entendemos que a “concordância ou acordo é a relação gramatical que, numa frase ou numa expressão, se estabelece entre dois ou mais elementos que partilham um mesmo traço gramatical (género, número e pessoa...)”.

Xavier e Mateus (s/d) citando Mateus et al. (1990) ainda nesta perspectiva, definem concordância como “termo que refere a uma relação formal entre elementos, de acordo com a qual a forma de uma palavra requer uma forma correspondente de outra”.

Nesta óptica, a concordância acaba por ser uma correspondência de informações gramaticais entre elementos que se relacionam.

Tratando-se o cabo-verdiano de uma língua que se afasta do modelo de língua flexionais, inquirir-se acerca da sua concordância é uma questão que exige uma atitude de descoberta para se poder, a partir de dados observados e do seu permanente confronto com as teorias desde a gramática tradicional (GT) à gramática generativa (GG) nas suas diferentes abordagens, ir esclarecendo as questões que vão sendo levantadas.

Posto isto, deveremos também levar em consideração teorias que defendem que a concordância não é mera correspondência de traços gramaticais a nível morfossintático entre os elementos relacionados, mas também a nível contextual (semântico) onde os elementos que se correspondem não apresentam os mesmos traços gramaticais (número, género e pessoa). (Lima, 2001, Veiga, 2002, Pratas, 2002, Costa e Figueiredo Silva (2006)

### **2.1.2 Origem**

Do termo original *Agreement* (AGR), a concordância surge com Chomsky (1992) para se referir aos traços gramaticais (número, género e pessoa) de semelhanças de traços que podem ou não existir entre os elementos co-relacionados. (Chomsky, 1992:10 apud Cerqueira, 1996:132 in Buther).

## **2.2 Tipos de concordância**

De forma resumida, na visão prescritiva da gramática, existem dois tipos de concordância, a nominal e a verbal. Fala-se em concordância nominal quando se refere ao número e género das categorias inerentes ao nome (adjectivos, artigos, pronomes e numerais); e concordância verbal quando se refere à relação sujeito verbo sendo que as informações gramaticais deste (como de tempo, modo, aspecto, pessoa e número) devem acordar com as do sujeito co-relacionado. (cf. Bergstrom e Reis, op cit).

Normalmente ao se falar de concordância tem-se primeiro em mente a sintaxe ou a morfossintaxe, pois se concordância é a relação entre palavras numa sequência ou frase (Xavier e Mateus (s/d) e Bergstrom e Reis, op cit) sendo a parte gramatical responsável pelas regras de combinações dos elementos, a sua ordem, disposição e subordinação (Houaiss 2.0a)

e a morfossintaxe encarregue da apresentação das formas das palavras e suas regras de acordo.

Existem apenas concordância sintáctica/ morfossintáctica ou existe também a nível da intenção semântica?

Numa perspectiva descritiva da gramática, Costa e Figueiredo Silva (2006) apontam a existência de *concordância visível* e *concordância não visível*. Quando todos os elementos relacionados têm a mesma flexão estamos perante a concordância visível. Nas situações em que apenas alguns elementos apresentam a flexão temos a não visível e a concordância é contextual.

Com esta definição consideramos colocar a concordância também a nível da intenção ou interpretação semântica de acordo com a observação de Figueiredo (2009) quando se refere às *variáveis de plural e género* durante o seu estudo.

## 2.3 Regras de concordância

Segundo as gramáticas prescritivas, existem normas que regulam o fenómeno. Peres e Mória (1995:450) apontam que é importante defini-las pois o processo acontece de forma diferente conforme as situações.

No caso do português todas as categorias flexionáveis co-relacionadas apresentam as mesmas marcas no processo de concordância (Costa e Figueiredo Silva, 2006), mas é de realçar que nem todas as categorias são obrigados a se relacionar e que existem palavras invariáveis, isto é, sem morfologia flexional que não têm marcas gramaticais diferenciadores como no caso das preposições que têm a mesma forma para o singular e o plural.

Reforçando as regras de concordância, Mateus et al. (1990) e Bergstrom e Reis (2002:105-108) descrevem que no caso do português <sup>1</sup>“o verbo concorda com o sujeito em pessoa e número; <sup>2</sup>o adjectivo em posição predicativa concorda com o sujeito em género e número; e <sup>3</sup>o adjectivo em posição atributiva, bem como <sup>4</sup>os determinantes e <sup>5</sup>quantificadores, concordam em género e número com o núcleo nominal da construção a que pertencem”.

No cabo-verdiano não podemos pronunciar propriamente em “regras” pois tal termo implica assumir que a gramática cabo-verdiana já está totalmente definida, o que ainda não aconteceu por ser ainda uma língua nova em estudo (Veiga, 2002 e Pratas, 2002). Podemos

falar em um *mapeamento descritivo*<sup>17</sup> de como acontece tal fenómeno. Levaremos em consideração estudos relacionados com o português e abordar as teorias em relação ao cabo-verdiano e ver qual o resultado.

Lucchesi (2000a) apud Figueiredo (2009) fala em três princípios de concordância em género aquando de estudo da variante do português de S. Tomé: Princípio da Simplicidade, Princípio da Integração e Princípio da Saliência.

a) **Princípio da Simplicidade** que aponta a fixação da marca de concordância fixa inicialmente nas estruturas mais simples dos SN's, constituídas por nome (N) e determinante (DET) - Kes makinista. No exemplo temos um SN simples constituído pelo DET *kes* que comporta a marca do número plural sem que o N *makinista* que o acompanha também o mostre.

Não há redundância na marcação do plural, tal como não há a distinção obrigatória de género em (9) Maria e **fidju** di Juana. (cf. Veiga, 2002 e Cardoso, 2005)

b) O **Princípio da Integração** alude para a marcação da flexão ocorrer nos itens mais à esquerda do núcleo do SN e menos nos elementos à sua direita. Nas combinações SN e SV, a concordância de número ocorre no SN, lembrando que o verbo cabo-verdiano tem flexão de número fixo para todas as pessoas gramaticais (idem) - (19) **Kes makinista** sa tenta ripara barku.

c) O **Princípio da Saliência** cita que as estruturas mais explícitas em oposição às vazias tendem a mostrar a marcas. No cabo-verdiano não existe a possibilidade de haver categorias vazias, tipo sujeito nulo, todas são explícitas (Silva, 2009). Este princípio envolve o cabo-verdiano no sentido de todas as categorias serem explícitas, mas não no sentido de todas demarcarem a flexão.

No tópico que se segue vamos procurar desenvolver e aplicar esses princípios também para a concordância em número no cabo-verdiano.

---

<sup>17</sup> termo nosso

## 2.4 A concordância no cabo-verdiano, variante S

A concordância no cabo-verdiano se comparado com o português (o europeu) acontece de forma bastante diferenciada, como poderemos ver mais adiante. Neste aspecto, concordo com Pratas (2002) quando esta põe em causa a simplicidade da língua apontada por Veiga (2002) e possíveis outros teóricos como Cardoso (2005). O caso complica-se quando se aborda aspectos gramaticais mais abstractos e que se assentam em descrições pormenorizadas como o fenómeno de concordância. Todavia, torna-se interessante perceber como a língua consegue manifestar este fenómeno com tão “pouco”, digamos, “precisos” recursos.

Se levarmos em consideração as definições dadas do termo, podemos afirmar que o fenómeno acontece devido às flexões, pois é este processo que demarca os traços gramaticais de número, género e TMA dos constituintes.

Mas, como afirma Duarte (2000:131) há línguas que não apresentam morfologia flexional e aquelas que o fazem de forma reduzida, como no caso da língua ora em estudo que se rege pelo princípio da não redundância, isto é, não imposição ou imperatividade da marca de AGR em todos os elementos co-relacionados. (Cardoso, 2005)

Desta forma, então até que ponto pode-se falar em concordância no cabo-verdiano sabendo que a língua não apresenta a flexão obrigatória em alguns casos e noutros simplesmente não existe e se existir é precária?

Relembremos a teoria de Figueiredo (2009) que aponta a possibilidade da concordância também valer a nível da intenção semântica, manifestando-se através do que Costa e Figueiredo Silva (2006) denominaram de concordância não visível, isto é, não marcada gráfica ou fonologicamente. Não que isto aconteça de forma taxativa, pois a língua também apresenta concordância visível nalgumas situações, como poderemos ver nos tópicos a desenvolver.

No plano morfossintáctico, deveremos também saber quais os constituintes que propiciam ou não a realização de concordância. Faria et al. (1996:254) mencionam que nem todas as palavras ou categorias podem se combinar. Enumeram que os elementos de um mesmo grupo combinam entre si e, nos casos de mais que um grupo se relacionar, apenas uns elementos se combinam, normalmente os núcleos.



Exemplificam que o artigo se combina com o nome e o adjetivo e não com o verbo e entre o grupo nominal e o verbal, o verbo concorda com o nome, que é o núcleo, e não com o adjetivo ou os outros componentes.

Com isto vamos ver como acontece com a língua cabo-verdiana (variante S).

#### **2.4.1 A concordância nominal**

O sujeito pode ser constituído por um ou mais palavras. No português quando isto acontece todas elas devem se combinar e todas devem demonstrar a mesma marca gramatical quanto à marcação de número e género (cf. Bergstrom e Reis, 2002). No entanto quando se refere ao cabo-verdiano estamos perante uma realidade diferente, pois constituintes têm comportamentos próprios e a concordância em termos de marcação de traços gramaticais idênticos não é visivelmente obrigatório.

Enquanto no português os adjetivos, artigos, pronomes e numerais, e todas as outras categorias relacionadas, concordam em género e número tendo a mesma flexão do nome a que associam (núcleo do sintagma nominal, SN), no cabo-verdiano as categorias nominais relacionadas realizam-se com flexões diferentes. O nome não flexiona obrigatoriamente nem para desempenhar a sua função de *controller*, isto é, determinar as marcas gramaticais necessárias para solicitar a concordância e quando o faz pode recorrer a quantificadores para marcar o plural. Os adjetivos não flexionam quanto ao número e fazem-na quanto ao género só em situações específicas para além de se posicionarem basicamente pós-nominal (Lima: 2001:48), não temos os artigos definidos só existe os indefinidos marcando apenas o número, não há diferenciação de género nos pronomes apenas de número e os numerais são todos uniformes quanto ao género. Concluindo, não existe uma relação de independência nem correspondência das marcas de concordância nos elementos relacionados.

(24) Pedras kai di rotxa

(25) Txeu pedra kai di rotxa

Nas frases (24) e (25) os sujeitos são plurais, mas manifestam a sua marca de número em duas formas. A frase (24) por ser constituído apenas pelo nome (o núcleo) vê-se necessário flexioná-lo para marcar o plural (pedras) enquanto na (25) não. Por ser constituído

por mais que uma palavra, a marca de plural assentou-se não no nome que se manteve no singular (pedra) mas no adverbio de quantidade que o acompanha. Justifica-se aqui os da simplicidade e integração, pois a marca ficou assente na palavra mais simples e mais à esquerda do SN.

(26) Kes banana sta verdi (Aqueles bananas estão verdes)

(27) Palmareju ten kazas bunitu (Palmarejo tem casas bonitas)

(28) Fidju di Maria e bunita (A filha da Maria é bonita)

(29) Kes Fidju di Maria e bunita (As filhas da Maria é bonita)

Na frase (26) o adjectivo predicativo de sujeito *verdi* não concordou com este, tal como em (27) o *bunitu*, pois mantiveram a forma singular para o seu sujeito plural (marcado apenas pelo deíctico (*kes*). Em (27) também se verificou que não houve concordância também em género, porque o adjectivo *bunitu* tem a sua forma feminina *bunita* como se viu em (28) que serviu para identificar o género do nome, mas que em (29) não se flexionou para combinar com o SN plural.

(30) Uns kamiza sta suju (umas camisas estão sujas)

(31) Bu ten un kadernu bonitu (Tens um caderno bonito)

O indefinido não se flexionou quanto ao género, por ser uniforme (30), mas fê-la quanto ao número (30) e (31).

(32) Maria kunpra un buluza i dos bistidu.

Nota-se na frase (32) os numerais *un* e *dos* não demonstram o género em nenhum caso (nome feminino *buluza* ou nome masculino *bistidu*).

As frases (24-32) mostram claramente que não existe uma linearidade na marcação da concordância de género e número no grupo nominal cabo-verdiano.

### 2.4.2 A concordância verbal

Atento na regra “o verbo concorda com o sujeito em pessoa e número” podemos considerar que cabo-verdiano não segue este paradigma, pois a morfologia flexional do verbo é invariável para qualquer sujeito singular ou plural. Corbett (1998) citado por Butthers aponta que numa relação de concordância, existe o sujeito enquanto *controller*, aquele que determina a concordância e o verbo, o *target*, aquele que se submete às marcas apresentadas pelo *controller*.

Quando abordamos a questão de Princípios e Parâmetros mencionamos que o sujeito cabo-verdiano é de natureza semi-pro-drop, pelo que a sua relação com o verbo é muito dependente. O sujeito não se subentende em todos os casos porque o verbo não consegue reflectir através das desinências. Sendo assim, numa marcação do plural o sujeito não combina com o verbo e aí não há correspondência directa de número e pessoa.

(33) Kes banana sta verdi (Aqueles bananas estão verdes)

(34) Sta verdi (estão verdes)

(35) Banana sta verdi (Aquele/A banana está verde)

(36) Uns kamiza sta suju (umas camisas estão sujas)

(37) Sta suju (estão sujas)

(38) Kamiza sta suju (A camisa está suja)

Em (34) não percebemos a natureza plural apenas através de *sta verdi*, somente pressupõe-se que algo está verde, mas se é singular ou plural só se percebe pela frase (33) ou nos verbos das frases correspondentes em português. O mesmo acontece em (37) *sta suju* com sujeito *uns kamiza* subentendido, ficando o n<sup>o</sup> explícito apenas em (36) e (38).

Segundo Lima (2001) e Veiga (2002) quanto à colocação dos constituintes, o sujeito tendencialmente é pré-verbal, mas pode colocar-se pós-verbalmente quando acompanha verbos inacusativos (39, 40) são indefinidos (41,42) ou quantificados (43 e 44).

(39) kai pedra di rotxa,

(40) Pedra kai di rotxa

(41) Txiga algen di Sal

(42) Algen txiga di sal

(43) Txiga tres algen

(44) Três algen txiga

## **2.5 Conclusão**

Podemos apontar que a concordância no cabo-verdiano realiza-se através de 4 princípios, o Princípio da não redundância (Cardoso, 2005), o Princípio da Simplicidade, o Princípio da Integração e o Princípio da Saliência (Lucchesi, 2000a apud Figueiredo, 2009). Realiza-se com referências ocasionais ao n° só quando se considerar relevante e o género em situações precisas, pois as palavras associam-se mais a nível intenção ou interpretação semântica do que pelas regras sintácticas como isso a concordância é mais semântica e do que morfossintáctica.

### **CAPÍTULO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O cabo-verdiano é uma língua bastante peculiar, pois tem na sua constituição 9 variantes agrupados em duas normas-padrão: a variante B, para as ilhas de Barlavento e a S, para o grupo de Sotavento, esta última que constitui o nosso objecto de estudo – variante S falada em Santiago. O sistema fonético-fonológico é parecido com o do português no que diz respeito à caracterização dos sons, havendo apenas algumas excepções, por exemplo em relação à vogal [ə] que é inexistente. O alfabeto ortográfico é de base fonológico diferenciando do português que é etimológico. A morfologia da variante S apresenta as categorias essenciais tanto nominais quanto verbais, mas com particularidades típicas, podendo ser formados pelos três processos morfológicos primárias: derivação, composição e flexão, este último, base importante para o desenvolver do tema proposto no nosso trabalho. Quanto a isto, o substantivo flexiona-se, mas não obrigatoriamente, os adjectivos são neutros, os artigos definidos inexistentes e em alguns casos substituídos por deícticos, e os verbos apresentam-se invariáveis para qualquer pessoa gramatical, conjugado através do TMA. A sintaxe apresenta uma ordem básica SVO com sujeito semi-pro-drop e predicado invariável, consequências da natureza verbal, principalmente da perda (inexistência) das marcas de casos gramaticais transmitidas através das flexões.

Pelo facto da língua não apresentar flexão obrigatória em alguns casos (substantivos), noutros simplesmente não ostentar (pronomes interrogativos) e se o fizer é precária (adjectivos) não há uma interdependência e relação de traços gramaticais das categorias para que fenómenos como o de concordância aconteçam como prescrevem as gramáticas tradicionais, pois os constituintes que se relacionam não marcam obrigatoriamente os mesmos traços em todos os casos, mesmo porque alguns têm formas invariáveis (verbo).

No que diz respeito ao fenómeno de Concordância, comparado com o português europeu, a língua cabo-verdiana rege-se por outros princípios para a sua manifestação. Enquanto o português demarca a concordância obrigatoriamente em todos os elementos, o cabo-verdiano segue a descrição defendida por Veiga (2002) e Cardoso (2005) de que a mesma apresenta uma gramática mais económica não sendo redundante a marca do fenómeno. E, para justificar a dita teoria apontámos os princípios de Lucchesi (2000a) citado por Figueiredo (2009). A não marcação dos traços de forma pleonástica, acreditamos que segue o princípio da saliência, o que descreve que as categorias maiores relacionadas devem

ser sempre marcadas (sujeito semi-pro-drop, sempre expresso salvo sujeito de verbos de tempo), o da simplicidade, o que aponta a marcação dos traços de apenas nas estruturas mais simples no SN e o da integração com qual se afirma que a marca elemento relacionado mais à esquerda, independentemente se são categorias mais simples (dentro do SN) ou as maiores (SN e SV).

Em suma podemos considerar que a concordância no cabo-verdiano acontece como um processo semântico e não morfossintático, uma vez que as palavras e suas relações em si não sustentam marcas gramaticais que apontam para o fenómeno colocando este a nível da interpretação do entendimento semântico. O fenómeno não acontece necessariamente da mesma forma que no português o que reforça a teoria de Princípios e parâmetros de Chomsky (1981) que alega as línguas regerem-se por princípios (normas), mas que os mesmos divergem de língua para língua. Faz sentido, sim, falar de concordância no cabo-verdiano, mas a sua manifestação é diferente se comparado com o português europeu.

## **BIBLIOGRAFIA**

BERGSTROM, Magnus e Reis, Neves. **Prontuário Ortográfico e guia da língua portuguesa**. Lisboa. Editorial Notícias.2002.

**Boletim Oficial**. I série, nº 11, 16 Março 2009.

CHOMSKY, Noam (1957). **Estruturas sintáticas**. Traduzido por Ferreira, Madalena Cruz. Lisboa. Edições 70. 1980.

CHOMSKY, Noam (1986). **O conhecimento da Língua Sua Natureza, Origem e Uso**. Traduzido por Gonçalves, Anabela e Alves, Ana Teresa. Caminho, colecção universitária, série Linguística. (s/d)

CRYSTAL, David (1971). **Linguística**. Traduzido por Faria, Isabel Hub. Lisboa. Publicações Dom Quixote, Lda. 1991.

CUNHA, Celso e Cintra, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Lisboa. Edições João Sá da Costa. 1984.

**Dicionário electrónico Houaiss da Língua Portuguesa 2.0a**

DUARTE, Dulce Almada. **Bilinguismo ou Diglossia?**. Praia – Cabo-verde. Spleen-Edições. 1998.

DUARTE, Inês. **Língua Portuguesa: Instrumentos de análise**. Lisboa. Universidade Aberta. 2000.

FARIA, Isabel Hub et al. (org). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa. Editorial Caminho, colecção universitária - série linguística. 2ª Edição. 1996.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe G. **A Configuração do SN Plural do Português Reestruturado de Almoxarife – S. Tomé**. Artigo. In: Macau - Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola. 2009.

FIGUEIREDO, J. M. Nunes e FERREIRA, A. Gomes. **Compêndio de gramática portuguesa**. Porto. Porto Editora. 1987.

FILHO, D' Silvas. **Prontuário Universal. Erros corrigidos de português**. Lisboa. Texto Editora, Lda. 1997.

MONTEIRO, Ideneida e FLORIP, Simone. **A concordância nominal interna ao DP Sujeito e a concordância verbal no crioulo cabo-verdiano: uma análise morfossintáctica**. Artigo. In: Projecto de intercâmbio em iniciação científica. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde e ILEEL da Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

Jr GLEASON, H. A. (1961). **Introdução à Linguística Descritiva**. Traduzido por Pingelo, João. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. (s/d).

LIMA, Maria de Lourdes. **Confluências das Línguas Cabo-verdiana e Portuguesa. Perspectiva interdisciplinar**. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos (Linguística). Porto. Faculdade da universidade do Porto/CEAUP. 2001.

MATEUS, Maria Helena et al. **Fonética, Fonologia e Morfologia do Português**. Lisboa. Universidade Aberta. 1990.

MIOTO, Carlos et al. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis. Insular. 2ª Edição. 2005.

MAHMOUDIAN, Mortéza. **A Linguística Hoje**. Lisboa. Edições 70. 1982.

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo. **Áreas Críticas da Língua Portuguesa**. Editorial Caminho, SA. Lisboa. 1995.

PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Cabo-verdiano (variante de Santiago): Questões de Gramática**. Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2002.

PERROT, Jean (1953). **Introdução à Linguística**. Traduzido por Patrício, Fernando. Lisboa. Editorial Notícias. (s/d)



RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática. A Faculdade da linguagem.** Lisboa. Editorial Caminho, colecção universitária - série linguística. 1992.

SILVA, Fernanda Vaz da. **Aspectos do parâmetro do sujeito nulo no cabo-verdiano – variante de Santiago – e no português europeu: um esboço de análise sintáctica.** Monografia. Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde. 2009

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1986.

VEIGA, Manuel. **Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu.** Lisboa. Platano Editora. 1982.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Gramática do Crioulo.** S. Vicente. Instituto caboverdiano do Livro e do Disco e Instituto Nacional da Cultura. 1995.

\_\_\_\_\_. **Estudo sociolinguístico e gramatical: O Caboverdiano em 45 Lições.** Praia. Virar da Página, Lda. 2002.

XAVIER, M<sup>a</sup> Francisca e Mateus, M<sup>a</sup> (org.) **Dicionário de termos linguísticos.** Vol. II. (s/d)

## WEBGRAFIA

- BUTHERS, Christiane Miranda. **Realização Morfológica de traços *phi*<sup>1</sup> nos verbos – o Fenômeno da Concordância Verbal em frases Com/Sem Sujeito Lexical em português brasileiro falado e escrito.** Artigo. (s/d). Disponível em [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_13127/artigo\\_sobre\\_realiza%C3%87%C3%83o\\_morfol%C3%93gica\\_de\\_tra%C3%87os\\_phi\\_nos\\_verbos](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_13127/artigo_sobre_realiza%C3%87%C3%83o_morfol%C3%93gica_de_tra%C3%87os_phi_nos_verbos) 27 set10 9:31
- CARDOSO, Ana Josefa. **O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua: o caso da língua cabo-verdiana (breve abordagem gramatical).** Dissertação. 2005. Disponível no site [http://www.multiculturas.com/textos/lingua\\_caboverdiana\\_Ana-Josefa.pdf](http://www.multiculturas.com/textos/lingua_caboverdiana_Ana-Josefa.pdf). 20 Agos09.
- COSTA, João e FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *Notas sobre a concordância verbal e nominal em português.* 2006. disponível no site: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/jc,mcfs.pdf>
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. **Sobre a concordância de número no português falado do Brasil.** In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística.* (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen. Max Niemeyer Verlag. 1998. Disponível em <http://www.ai.mit.edu/projects/dm/bp/scherre-naro98.pdf>.

# Anexo

O anexo é constituído por alguns dos dados linguísticos recolhidos e transcritos usados na elaboração do trabalho. O corpus apresentado é apenas uma parte do todo recolhido com gravações em ambientes familiares, de programas das rádios, de Estórias, de Inventário de diversos objectos e algumas músicas.

Impossível apresentar o corpus por inteiro, segue algumas amostras do material usado na elaboração do trabalho.

## Índice remissivo para as frases

### pág. 18

- (1) M ti ta falá ma *Konseisãu* [m ti ta fela ma *Konsejsãw*] – variante B
- (2) N sa ta papia ku *Konseison* [m sɐ tɐ pɛpiɐ ku *Konsejsõ*] – variante S (cidade)
- (3) N ai ta papia ku *Konseson* [m aj tɐ pɛpiɐ ku *Konsejsõ*] – variante S (interior)

### pág. 27

- (4) Sabinu ta fla konbêrsu sábi dretu

### pág. 30

- (5) Maria ten **fidju** – Maria tem filhos
- (6) Maria i Juana e **fidju** di Antóniu
- (7) **Fidjus** Kode di Dona presta-l ominaji – Os filhos de Kode di Dona prestaram-lhe homenagem
- (8) Antóniu e **fidju** di Maria – O António é filho de Maria
- (9) Maria e **fidju** di Juana – Maria é filha de Joana

### pág. 40

- (10) N bisti di amarelu (vesti-me de amarelo)

### pág. 36

- (11) Antóniu kumpra (un) caru (O António comprou um carro)
- (12) Kel Antóniu kumpra caru (\*Aquele António comprou um carro)
- (13) Kes trabadju dja sta fetu (Os trabalhos já estão prontos)
- (14) Trabadjus dja sta fetu (Os trabalhos já estão prontos)

### pág. 41

- (15) Hélder Antunis inisia se karera na mil novisens i noventa i seix

- (16) Na mil novisens i noventa i seix Hélder Antunis inisia se karera  
 (17) \* Inisia se karera Hélder Antunis na mil novisens i noventa i seix  
 (18) \*inisia se karera na mil novisens i noventa i seix Hélder Antunis

**pág. 42**

- (19) [makinista] [ripara] [barku] – SVO  
 (20)\*[ripara] [makinista] [barku] - VSO  
 (21)\*[makinista] [barku] [ripara] - SOV  
 (22)\*[barku] [makinista] [ripara] – OSV  
 (23) Kes makinista sa tenta ripara barku

**pág.49**

- (24) Pedras kai di rotxa  
 (25) Txeu pedra kai di rotxa

**pág. 50**

- (26) Kes banana sta verdi (Aquelas bananas estão verdes)  
 (27) Palmareju ten kazas bunitu (Palmarejo tem casas bonitas)  
 (28) Fidju di Maria e bunita (A filha da Maria é bonita)  
 (29) Kes Fidju di Maria e bunita (As filhas da Maria é bonita)  
 (30) Uns kamiza sta suju (umas camisas estão sujas)  
 (31) Bu ten un kadernu bonitu (Tens um caderno bonito)  
 (32) Maria kunpra un buluza i dos bistudu.

**pág. 51**

- (33) Kes banana sta verdi (Aquelas bananas estão verdes)  
 (34) Sta verdi (estão verdes)  
 (35) Banana sta verdi (Aquela/A banana está verde)  
 (36) Uns kamiza sta suju (umas camisas estão sujas)  
 (37) Sta suju (estão sujas)  
 (38) Kamiza sta suju (A camisa está suja)  
 (39) kai pedra di rotxa,  
 (40) Pedra kai di rotxa  
 (41) Txiga algen di Sal

**pág. 52**

- (42) Algen txiga di sal (43) Txiga tres algen (44) Três algen txiga